



**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

Rafael Cacciolari Dalessandro

**A QUESTÃO ÉTICA NO ENSINO DE ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: Uma análise de currículos de cursos de graduação em
Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil**

**Marília
2018**

Rafael Cacciolari Dalessandro

**A QUESTÃO ÉTICA NO ENSINO DE ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: Uma análise de currículos de cursos de graduação em
Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Júlia de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientador: Profa. Natália Bolfarini Tognoli

**Marília
2018**

Dalessandro, Rafael Cacciolari

D141q A questão ética no ensino de Organização do Conhecimento: uma análise de currículos de cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil / Rafael Cacciolari Dalessandro. – Marília, 2018.
60f. ; 30 cm.

Orientador: Natalia Bolfarini Tognoli.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

Bibliografia: f. 40-44

1. Teoria do conhecimento - Organização. 2. Ciência da informação. 3. Ética. 4. Arquivologia. 5. Biblioteconomia. I. Título.

CDD 025.4

Rafael Cacciolari Dalessandro

**A QUESTÃO ÉTICA NO ENSINO DE ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: Uma análise de currículos de cursos de graduação em
Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA

Profa. Natália Bolfarini Tognoli (Orientador)

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciência – UNESP – Marília/SP.

Profa. Suellen Oliveira Milani

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciência – UNESP – Marília/SP.

Profa. Clarissa Moreira Schmidt

Universidade Federal Fluminense – UFF (Membro externo)

DALESSANDRO, Rafael Cacciolari. **A Questão ética no ensino de Organização do Conhecimento**: uma análise de currículos de cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil. 2018. 60f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2018.

RESUMO

A Ciência da Informação, seja no que se refere às suas bases teóricas seja no tocante às práticas profissionais, tem demonstrado um crescente interesse nos estudos éticos, em aspectos relativos, entre outros, à produção científica, à relação do profissional com a profissão e com os seus pares, à atuação do profissional para com o usuário, e à Organização do Conhecimento. No entanto, embora na literatura essa questão se encontre em crescente discussão, ainda não se tem claro como isso vem sendo trabalhado nas instâncias educativas da área, responsáveis pela formação dos arquivistas e bibliotecários. Sente-se, assim, a necessidade de analisar como vem sendo trabalhada a questão ética no âmbito do ensino de Organização do Conhecimento em cursos de Arquivologia (classificação e descrição) e de Biblioteconomia (classificação e indexação) no Brasil, para que se possa identificar aspectos éticos convergentes, complementares ou divergentes entre esses dois espaços de ensino para a atuação profissional. Nesse sentido, propõe-se a realização de uma sistematização crítica de temáticas e referenciais teóricos no tocante à ética, a partir das estruturas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia do Brasil, especificamente na área de Organização do Conhecimento. Para tanto, realiza-se um estudo exploratório, teórico e documental, de natureza quali-quantitativa, que analisa a presença ou ausência das questões éticas nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil e os desdobramentos dessa situação.

Palavras-chave: Ética. Organização do Conhecimento. Arquivologia. Biblioteconomia. Cursos de graduação.

DALESSANDRO, Rafael Cacciolari. **A Questão ética no ensino de Organização do Conhecimento**: uma análise de currículos de cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil. 2018. 60f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2018.

ABSTRACT

Information Science has shown lately a growing interest in ethical studies, whether in its theoretical basis or professional practices, it has addressed important concerns to aspects related to scientific production, the relationship between the professional and its colleagues, to its performance having in mind the user of the information and also Knowledge Organization. Although there is a growing discussion on these topics in the scientific literature, it is still not clear how these are worked out in the educational instances of the area which are responsible for the graduation of archivists and librarians. That way, the need to analyse how ethical issues related to Knowledge Organization processes have been taught in Archival Science (classification and description) and Librarianship (classification and indexing) undergraduate courses in Brazil, in order to identify convergent, complementary or divergent ethical aspects between these two teaching spaces for professional performance. In this sense, it is proposed to carry out a critical systematization of thematic and theoretical references regarding ethics from the curricular structures of these two courses, specifically in the area of Knowledge Organization. In order to do so, an exploratory study, theoretical and documental, of a qualitative and quantitative nature was carried out and the results were analyzed so that a comparison of how ethics is characterized in these two teaching universes could be explicit by these methods.

Key Words: Ethics. Knowledge Organization. Archival Science. Librarianship. Undergraduate Courses.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. A ÉTICA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA	11
2.1 Organização do Conhecimento na Arquivologia e seus dilemas Éticos	13
2.2 Organização do Conhecimento na Biblioteconomia e seus dilemas Éticos	19
3. ANÁLISE DO PANORAMA DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL	26
3.1 Apresentação das estruturas curriculares dos cursos com ênfase nas disciplinas de Organização do Conhecimento.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO A – FICHAS DE REGITRO DAS EMENTAS E OBJETIVOS DAS DISCIPLINASDE ÉTICA EM ARQUIVOLOGIA	46
ANEXO B – FICHAS DE REGISTRO DAS EMENTAS E OBJETIVOS DAS DISCIPLINAS DE ÉTICA EM BIBLIOTECONOMIA.....	51

1. INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, seja no que se refere às suas bases teóricas, seja no tocante às práticas profissionais que a subsidiam, como é o caso da Arquivologia e da Biblioteconomia (SMIT & BARRETO, 2002), tem demonstrado, em especial a partir deste século, cada vez mais interesse nas questões éticas, em aspectos relativos, entre outros, à produção científica, à relação do profissional com a profissão e com os seus pares, à atuação do profissional para com o usuário, e à Organização do Conhecimento (FROEHLICH 1994, 1997, AROT 2000, FERNÁNDEZ-MOLINA 2000, GORMAN 2000, GUIMARÃES 2000, STURGES 2002, VAAGAN 2002, ACCART AND RÉTHY 2003).

Essa discussão, por sua vez, tem sido mais tradicionalmente tratada em aspectos ligados à gestão e aos serviços ao usuário, sendo ainda recente a sua abordagem nos processos intermediários da Ciência da Informação, ligados à Organização do Conhecimento (FERNANDEZ-MOLINA E GUIMARÃES, 2002; GUIMARÃES E FERNANDEZ-MOLINA, 2003).

Nesse sentido, Milani (2007) alerta para a necessidade de aprofundamento da discussão acerca dos valores éticos do profissional na medida em que, como destaca Aranalde (2005), a reflexão ética vai muito além da dimensão técnica de uma profissão para recair sobre a atuação do ser humano, uma vez que a referência ética está intrinsecamente ligada ao ser humano no agrupado de suas atividades e práticas.

Assim, em uma sociedade marcada por desigualdades regionais e sociais, em que, como destaca Stumpf (2010), a informação pode atuar como um importante elemento na construção de novos paradigmas, torna-se cada vez mais necessária uma reflexão, no âmbito dos profissionais da informação, que transcenda a dimensão puramente técnica do *como fazer* para atingir o *porque*, o *para que* e o *para quem fazer* (GUIMARÃES, 2000).

No campo específico da Organização do Conhecimento, entendida como processo intermediário entre a produção e o uso/apropriação da informação, de modo a estabelecer pontes entre o produtor e o usuário da informação, essa questão assume especial importância pois é exatamente nesse momento que se revela aquilo que Olson (2002) denomina como “poder de nomear” e em que, por questões éticas, a informação encontra-se suscetível de ser adulterada, ocultada, ou distorcida, com efetivos prejuízos para o usuário e a sociedade como um todo.

Se na literatura essa questão se encontra em crescente discussão, como se pode observar nos pressupostos teóricos desta pesquisa, não se tem claro como isso vem sendo abordado nas instâncias educativas da área, responsáveis pela formação dos profissionais arquivistas e bibliotecários. Sente-se, assim, a necessidade de analisar como vem sendo abordada a questão ética no âmbito do ensino de Organização do Conhecimento em cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia no Brasil, para que se possa identificar aspectos éticos convergentes, complementares ou divergentes entre esses dois espaços de ensino para a atuação profissional, propiciando, portanto, uma verticalização das reflexões acerca da ética na Organização do Conhecimento em Arquivologia e Biblioteconomia, no sentido de oferecer um deslocamento da tradicional dimensão técnica para uma reflexão mais centrada nos valores e posturas envolvidas nesses fazeres profissionais.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que, embora haja literatura acerca da dimensão ética da Organização do Conhecimento (OC) no âmbito da Arquivologia e da Biblioteconomia, não existe, por um lado, uma maior clareza sobre os processos de OC como objeto da reflexão ética na área (p.ex., nas disciplinas ligadas a ética profissional ou deontologia do arquivista ou do bibliotecário) e, por outro lado, tampouco existe clareza de uma dimensão ética que seja inerente aos ensino de tais processos.

Apresenta-se como **proposição** a realização de uma sistematização crítica das temáticas e dos referentes teóricos no tocante à ética, a partir das estruturas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia do Brasil, especificamente na área de Organização do Conhecimento.

O presente estudo **justifica-se por** proporcionar uma verticalização das reflexões éticas no âmbito específico da Organização do Conhecimento, com especial ênfase aos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia, uma vez que o profissional da informação tem um papel de responsabilidade na formação e preservação da memória da sociedade, influenciando aí, questões deontológicas específicas. Neste contexto, o ensino da ética nos cursos permite uma formação profissional mais completa, de modo que o arquivista e o bibliotecário possam atentar para a sua responsabilidade perante a sociedade. Desse modo, o estudo desse tema ainda no momento da formação profissional é especialmente relevante e vai ao encontro das discussões mais atuais da área de Ciência da Informação.

A pesquisa encontra, também, respaldo científico direto nos estudos realizados na linha de Produção e Organização da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp, que tem abordado as questões éticas das mais variadas formas (PINHO, 2006; MILANI, 2010; EVANGELISTA, 2016, SILVA, 2016).

Tem-se, como **objetivo geral**, analisar a presença e a articulação das questões éticas nas estruturas curriculares relativas à área de Organização do Conhecimento nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil e os desdobramentos dessa situação.

Dessa forma, emergem como **objetivos específicos**: a) analisar se a ética constitui disciplina específica (obrigatória ou optativa); tema inserido em disciplina (qual e junto com quais outros temas) ou se não é tratada na matriz curricular; b) analisar que temas específicos da ética são abordados nas matrizes curriculares; c) analisar se e como ocorre a presença de questões éticas nas disciplinas da área de Organização do Conhecimento nos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia no Brasil, a partir das ementas, conteúdos e objetivos programáticos; e d) analisar comparativamente as duas realidades para verificar pontos de convergência e de discrepância.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, teórica e documental, de natureza qualitativa. A natureza exploratória decorre do fato de desencadear “[...] um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar” (KÖCHE, 1997, p. 126); sua configuração teórica se explica pelo fato de constituir um estudo sistematizado desenvolvido com base em textos publicados em livros e artigos para construir os elementos teóricos da pesquisa (revisão teórica sobre ética e ética na profissão arquivística e bibliotecária na literatura científica estrangeira e nacional). A natureza documental justifica-se por meio do levantamento e análise dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia oferecidos em Instituições públicas de ensino superior do Brasil, a partir de dados do Ministério da Educação e dos próprios sites dos cursos, buscando-se verificar se e como a questão ética está presente no perfil do curso e nos planos de ensino das disciplinas (ementas, conteúdos programáticos e objetivos). Os projetos políticos pedagógicos de todos os cursos de Arquivologia (16 cursos) e Biblioteconomia (30 cursos) foram obtidos através de seus respectivos sites institucionais, e continham todas as informações necessárias para a análise, tais como ementas, conteúdo programático, objetivos, matriz curricular. Optou-se pelas instituições de ensino superior públicas uma vez que estas se caracterizam como notáveis referências de qualidade de ensino e clareza em suas informações institucionais.

Nesse contexto, para ir ao encontro das hipóteses aventadas, os planos de ensino foram analisados sob duas formas:

- Primeiro, construiu-se um quadro das disciplinas dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia que trabalham a questão ética de forma geral (a fim de cumprir um dos

objetivos específicos desta pesquisa, qual seja, verificar se a ética constitui disciplina específica ou tema inserido em outra disciplina).

- Depois, analisou-se a presença de aspectos ligados à ética, tais como valores, posturas, comportamentos profissional, etc., especificamente nos planos de ensino das disciplinas da área de Organização do Conhecimento (classificação e indexação em Biblioteconomia e classificação e descrição, em Arquivologia)

Tem-se como disciplinas gerais de ética aquelas cujo o tema está inserido em uma disciplina que não necessariamente possui o termo ética em sua nomenclatura, ou seja, não configura um tema central naquela disciplina, como é o caso de algumas disciplinas encontradas neste trabalho tanto em Arquivologia quanto em Biblioteconomia.

Como análise final, procedeu-se o cotejo entre as realidades do ensino de Arquivologia e de Biblioteconomia para verificar eventuais convergências, complementaridades ou discrepâncias no que se refere às questões éticas na Organização do Conhecimento e aspectos éticos gerais, de modo que todas as ementas e objetivos das disciplinas de ética específicas e gerais de ambos os cursos fossem comparadas. Nesse sentido, levou-se em conta os estudos anteriores que tecem comparações entre os fazeres arquivístico e biblioteconômico (BELLOTTO, 1978, 1982; SMIT, 2000 a ,b, 2003, e GUIMARÃES, 2008, entre outros).

De modo a cumprir os objetivos da pesquisa, a seção 2 apresenta a ética na Organização do Conhecimento, com ênfase nos processos da Arquivologia (classificação e descrição) e da Biblioteconomia (classificação e indexação) e os respectivos dilemas éticos encontrados por ambos os profissionais ao realizá-los. A seção 3 apresenta um panorama dos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia no Brasil, com ênfase nas estruturas curriculares dos cursos, notadamente àquelas disciplinas ligadas à Organização do Conhecimento e aquelas que tratam sobre a ética de modo geral e específica. A seção 4 traz os resultados das análises quanto aos objetivos propostos pelo trabalho, enquanto a seção 5 diz respeito as considerações finais.

2. A ÉTICA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA

Os profissionais da informação, por prestarem serviços a terceiros em seus devidos nichos de atuação, recebem da sociedade uma responsabilidade social que muito tem a ver com os princípios éticos que devem ser norteadores de suas ações.

Para Fonseca e Garcia (2009), essa responsabilidade está cada vez mais presente nas mídias impressas e eletrônicas, nas discussões acadêmicas atuais e na sociedade em geral. No entanto, não recebe uma atenção especial por parte dos profissionais da informação, que até explicitam uma atenção maior a ética como um todo, mas a temática referente a responsabilidade de como tornar-se mais participativo na sociedade no tocante às suas atuações, ainda não integra o *hall* de discussões mais amplas.

Ainda segundo os autores, esta preocupação aumenta com o processo de globalização vigente e as tecnologias de informação se expandindo cada vez mais, fazendo assim com que os profissionais da informação se atentem mais à importância da ética e suas benesses.

A ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes, envolvendo estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens e a consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas. Apresenta uma dimensão normativa ao descobrir e elucidar normas reveladoras de princípios e valores e, para tal, utiliza-se de métodos de análise e explicação próprios da Filosofia, tentando assim se construir racionalmente (SÁ, 2000, NALINI, 2004; CORTINA e MARTÍNEZ, 2005).

Tendo a moral por objeto, a ética estuda princípios, normas e valores que ocorrem no tempo e no espaço como diretrizes para um “bem agir” e para um “bem estar social”.

Passamos a utilizar esta reflexão em muitas situações de nossas vidas, como é o caso da reflexão ética no ambiente profissional, onde há o exercício habitual de uma tarefa que se insere no complexo da sociedade como uma atividade específica a serviço de outras pessoas, trazendo benefícios mútuos para quem pratica e quem se beneficia dessa prática, assim exigindo nessas relações, a preservação de uma conduta que vá ao encontro dos princípios éticos específicos (SÁ, 2000).

Enquanto ramo de estudo da Filosofia que se dedica aos valores e às regras para a conduta do homem em sociedade, a ética busca equilíbrio e bom funcionamento social, guardando estreita relação com a justiça social e, por consequência, com os valores históricos e culturais da sociedade e, dessa forma, torna um elemento vital na produção da realidade social,

característica inerente a toda ação humana que busque manter relações sociais justas e aceitáveis (MISCHIATI; VALENTIM, 2005; GUIMARÃES, 2006; SANTOS, 2010).

Quando apropriada pela dimensão profissional, a ética, então denominada ética profissional, procura consolidar e sistematizar o corpo de valores inerentes ao “bem fazer” de uma dada profissão em conjuntos de documentos – os códigos de ética profissional, que prevêm as condutas consideradas desejáveis para um dado universo profissional – que passam a materializar a Deontologia.

No âmbito específico da atuação dos profissionais da informação, destacando-se aqui, o arquivista e o bibliotecário, a ética centra-se na ideia de responsabilidade social, essencialmente relacionada à formação de caráter, que possibilita o bem estar coletivo e sua efetiva realização torne-se objetivo das ações (ARANALDE, 2005).

Ainda segundo o autor, essa responsabilidade social é traduzida no dever de promover acesso à informação aos usuários com excelência, pois a postura ética requerida de um profissional da informação, envolve organização, recuperação e disseminação da informação buscando sempre as melhores opções para o desenvolvimento destas competências visando à satisfação dos usuários e instituições em que está inserido.

Deste modo, percebe-se que a responsabilidade social está intrinsicamente ligada aos processos de Organização do Conhecimento, uma vez que os mesmos visam aprimorar cada vez mais as atividades de organização, recuperação e disseminação da informação por parte dos profissionais da informação.

A Organização do Conhecimento, para Souza (1998), é uma das metas mais importantes da humanidade, pois é através da mesma que o homem torna mais útil a apropriação e uso dos saberes produzidos. Objetivando a gerência e difusão da informação em ambientes tais quais: arquivos, bibliotecas, centros de informação/documentação e museus de modo sublime (MIRANDA, 1999).

Segundo Anderson (1996, apud PINHO, 2006), a Organização do Conhecimento se dá através da descrição dos documentos quanto ao seus conteúdos, características, propósitos e sua conseguinte organização, tornado estes acessíveis às pessoas. Tal processo ainda permeia todo método de indexação, resumo, catalogação, classificação, gerenciamento de registros, bibliografia e criação de bases de dados textuais ou virtuais, visando a recuperação da informação.

2.1 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ARQUIVOLOGIA E SEUS DILEMAS ÉTICOS

O profissional da informação, independente de sua área de atuação, seja ela Arquivologia ou Biblioteconomia, depara-se a todo o momento com questões imbuídas de dilemas éticos, uma vez que tais profissões possuem um caráter social que visa à disseminação da informação de um modo transparente, ou seja, de forma mais fidedigna possível ao usuário final de suas respectivas instituições.

Dilema ético, segundo Kuhlen (2014) é tido como uma situação problemática em que duas soluções são dadas a um certo problema baseado em duas teorias éticas diferentes ou até mesmo contraditórias, ou uma situação problemática em que as duas soluções oferecidas são eticamente requisitadas mas apenas uma pode ser escolhida, a escolha de uma inevitavelmente leva a uma incorreção ética ao passo que negligencia a outra.

O Arquivista é o profissional responsável pela gestão de documentos, que pode ser definida como um conjunto de atividades ou funções arquivísticas cujo objetivo é o tratamento da documentação desde o momento de sua produção até sua preservação. Esse conceito encontra respaldo na obra organizada por Couture (2010), "*Les fonctions de l'archivistique contemporaine*", que aborda as atividades necessárias à gestão completa dos documentos produzidos por uma instituição, a saber: (1) Análise das necessidades; (2) Produção; (3) Avaliação; (4) Aquisição; (5) Classificação; (6) Descrição e indexação; (7) Difusão e; (8) Preservação.

Neste contexto, compreende-se que as funções classificação e descrição, compreendidas aqui como nucleares na Organização do Conhecimento arquivístico, fazem parte do processo de gestão de documentos.

Durante todo o processo de gestão, o arquivista depara-se com dilemas éticos, sendo alguns deles: respeitar a integridade dos fundos, não participar do comércio ilegal de documentos, manter o sigilo quanto informações privadas dos produtores contidas nos documentos manuseados, manter em segredo as pesquisas dos usuários e todos os outros problemas advindos da prática arquivística inerentes à Organização do Conhecimento.

Segundo Rhoads (1989), os procedimentos de gestão podem ser divididos em três fases: *produção de documentos* (fase importante que tem início com a criação do documento de arquivo, onde se previne a criação de documentos não essenciais para reduzir o número de documentos a serem manipulados, controlados, armazenados e destinados. A mesma ainda compreende normas para a criação dos documentos que vão desde características físicas), seguida da *utilização* (fluxo pelo qual os documentos são submetidos, certificando-se assim que

o documento cumpra seu papel administrativo) e por fim a *destinação* (opta-se por quais documentos serão descartados ou preservados a partir de uma análise, seleção e prazo de guarda para cada documento).

Apesar da definição de Rhoads, cumpre destacar que trabalha-se nessa pesquisa com a perspectiva da abordagem da Arquivística Integrada, na qual para uma gestão completa de documentos são necessárias oito atividades, a saber: (1) Análise das necessidades; (2) Produção; (3) Avaliação; (4) Aquisição; (5) Classificação; (6) Descrição e indexação; (7) Difusão e; (8) Preservação (COUTURE, 2010).

Deste modo, atenta-se para os fazeres da classificação e descrição arquivística, processos indispensáveis deste profissional e que estão compreendidos na organização. Para Lopes (1996), a classificação é uma ordenação intelectual e física de acervos, objetivando uma hierarquização das informações contidas nestes ambientes, obtidas através de planos ou quadros de classificação e normas gerais de procedimentos que derivam de fonte produtora, informações acumuladas e aspectos materiais e intelectuais do acervo.

Para se ter uma noção do quão importante a classificação é para a atividade arquivística, o autor ainda ressalta que acervos guardados sem qualquer classificação estão no limbo do universo do conhecimento, uma vez que inviabiliza o acesso às informações contidas neles. Além de fracassar qualquer tentativa de operação descritiva ou avaliativa, e até mesmo quanto às atividades de preservação e restauração dos documentos, na ausência do processo de classificação, pois é a mesma quem define a prioridade de procedimentos.

Para Caswell apud Bowker e Star (1999), a classificação é tida como uma segmentação do mundo em termos espaciais, temporais e espaço-temporais e sistemas de classificação como um conjunto de caixas, metafóricas ou literais, em que as coisas podem ser colocadas para então realizarem um certo tipo de trabalho, burocrático ou produção de conhecimento.

Segundo os autores, muitos dos sistemas de classificação que são tidos como ideais, são de fato contestáveis, uma vez que tais sistemas operam com a crença de que as categorias impostas por eles são óbvias e possuem delimitações naturais, no entanto tais categorias podem exaltar definições dominantes, não representar subgrupos a partir da dificuldade que os mesmos se rotulem e reforçar fortes tecnologias de controle social. Segundo Yakel (2003), a categorização não é um processo cognitivo individual, e sim resultado da atividade complexa e dinâmica de forças culturais e sociais.

No entanto, há de se levar em conta que a classificação, na Arquivologia, fundamenta-se nos princípios básicos da área, quais sejam, o princípio da proveniência e da ordem original, devendo levar em conta, ainda, o vínculo arquivístico entre os documentos e entre esses e seus

produtores. Assim, a classificação na Arquivologia deixa de ser um processo subjetivo e passa a levar em conta as estruturas e as funções do órgão produtor.

Para Sousa (2014) a classificação é crucial para a manutenção do vínculo arquivístico e o acesso aos documentos e informações de arquivo, sendo necessária à avaliação e descrição que juntas formam o cerne das práticas arquivísticas.

Observa-se, portanto que, um dilema ético que pode ocorrer na classificação arquivística é a escolha, por parte do profissional, de uma abordagem temática, em detrimento de uma abordagem orgânico-funcional. A escolha por uma classificação temática levaria a um desvio de representação no quadro de classificação, uma vez que este não contemplaria – como se deve – as estruturas e funções do órgão produtor, não agindo, portanto, como um espelho da instituição.

Percebe-se então que outra prática tão importante quanto a classificação para a organização e representação da informação arquivística, é a descrição. Segundo Lopes (1996), o trabalho do arquivista de representar ideologicamente as informações nos documentos é um exemplo de atividade intelectual deste profissional que acaba sendo de natureza descritiva.

Ainda segundo o autor, a descrição está atrelada às demais funções arquivísticas na arquivística integrada (ênfase no tratamento informacional desde sua criação até o seu destino final) onde já começa na classificação, perpassa a avaliação e acaba se aprofundando nos instrumentos de pesquisa mais específicos, nos arquivos permanentes. O mesmo ainda destaca que toda e qualquer atividade intelectual é, por natureza, de ordem descritiva, portanto é impossível desvencilhar a descrição das demais funções arquivísticas, pois ela acaba por auxiliar as demais funções ao manter o controle sobre os acervos.

Tanto a classificação quanto a descrição devem ser colocadas em prática respeitando a proveniência dos documentos, que se caracteriza através da relação entre documentos e indivíduos ou organizações que os criaram, mantiveram e usaram com o intuito de uso pessoal ou atividade corporativa, assim como a relação entre estes documentos e o propósito pelo qual gerou a necessidade de criação dos mesmos (ICA, 1996). Ou seja, independente de quem os criou (corporação ou pessoa/família) jamais devem ser misturados aos documentos de outras entidades produtoras.

Para Duff e Harris (2002), o princípio de proveniência requer a identificação de todos os documentos criados e/ou acumulados e usados por um indivíduo, família ou organização, de modo que estes sejam preservados e descritos como um fundo. Desta maneira, evidencia-se o papel da proveniência de proteção ao valor evidencial dos documentos, tornando visíveis os atos e ações dos quais os documentos emanam.

Além do princípio da proveniência, o princípio da ordem original também deve ser respeitado e colocado em prática quando da classificação e descrição arquivística, devendo-se conservar o arranjo dado aos documentos por suas entidades produtoras (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Camargo et al. (1996, p. 61) definem o princípio do respeito à ordem original como “princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade”. Essa última é a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas. Ordem original se refere a estrutura interna ou documentária dos documentos, mantendo estes organizados conforme o agente que os acumulou e corrigindo as relações entre os documentos, o que preserva a evidência de uso original dos mesmos (DUFF; HARRIS, 2002).

Segundo Duff e Harris (2002), o dilema ético na representação da informação pela descrição advém do fato de que toda representação e modelo de descrição possui *bias*¹ por representarem uma visão de mundo particular do arquivista e serem criadas para atender propósitos específicos. Deste modo cabe ao arquivista decidir qual informação irá enaltecer e quais datas escolherá para torná-las visíveis. Sendo assim, arquivistas ao descreverem documentos podem lembrar de alguns aspectos e esquecer outros, enaltecendo algumas relações em detrimento das demais.

Segundo Cook apud Duff e Harris (2002), o arquivista inevitavelmente injetará seus próprios valores em suas atividades, ou seja, este não consegue descrever documentos de forma neutra, objetiva e sem desvios, uma vez que não há representação sem intenção e interpretação (DUFF; HARRIS, 2002).

Objetivando colocar estas funções em prática da melhor forma possível e assim evitar os problemas éticos de sua natureza, anteriormente mencionados, o arquivista pode e deve respaldar-se nos códigos de ética disponíveis de sua profissão, obtendo assim orientações detalhadas de como portar-se diante de tais adversidades. Uma vez que reflexão ética baseada em códigos de ética é o modo apropriado de encontrar equilíbrio desejado para a resolução de conflitos e dilemas (PREISIG et al., 2014).

¹ O termo *bias* na Organização do Conhecimento pode assumir várias conotações, podendo elas “... salientar aspectos discriminatórios ou preconceituosos de um determinado tópico no contexto de um sistema de informação específico, por outro lado, algumas conotações funcionariam como um direcionamento visando garantir especificidade” (MILANI, 2014, p. 36).

Códigos de ética podem ser considerados sob duas perspectivas, uma sobre ética pessoal e a outra sobre ética profissional. A primeira diz respeito ao código privado e consciência do indivíduo, enquanto a segunda lida com um grupo de profissionais realizando atividades similares em uma profissão, as vezes essas duas perspectivas entram em conflito no indivíduo (CLEVELAND; CLEVELAND, 2013).

O arquivista dispõe de vários códigos de ética, no entanto um acaba sendo o mais importante e conseqüentemente servindo de base para os demais, trata-se do código de ética proposto pelo *Conselho Internacional de Arquivos* (International Council on Archives - ICA), em 1996. Em âmbito nacional não há um código de ética oficial, no entanto, alguns profissionais acabam optando pelo CIA ou pelo código da extinta Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Segundo o código de ética do CIA, o arquivista tem como dever ético:

1. Manter a integridade dos arquivos;
2. Tratar, selecionar e manter os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência;
3. Preservar a autenticidade dos documentos no momento do tratamento, conservação e pesquisa;
4. Assegurar permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos;
5. Responsabilizar-se pelo tratamento dos documentos e justificar a maneira como o fazem;
6. Facilitar o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários com imparcialidade;
7. Encontrar o justo equilíbrio entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada;
8. Servir aos interesses de todos e evitar tirar de sua posição vantagens para ele mesmo ou para quem quer que seja;
9. Procurar atingir o melhor nível profissional, renovando seus conhecimentos com frequência, e compartilhando os resultados de suas pesquisas e experiências;
10. Trabalhar em colaboração com seus colegas e membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.

Rego et al. (2014) analisaram ambos os códigos em busca de valores éticos convergentes e que baseiam as atividades dos arquivistas referentes à Organização do Conhecimento. Segundo os autores, sete valores figuram em ambos os códigos: respeito ao princípio de proveniência (manter os documentos agrupados sem misturá-los, respeitando a ordem do órgão

que os criou); integridade dos documentos (manter os documentos organizados segundo a ordem original para que os mesmos sirvam de prova jurídica ao órgão que os produziu); atuação imparcial (atuação mais neutra possível do arquivista, evitando que suas vontades se sobressaiam no exercício de sua função e conseqüentemente prejudique terceiros); comunicabilidade dos documentos (ocorre pela forma que os documentos são tratados e organizados, tanto na classificação quanto na descrição); autenticidade dos documentos (cabe ao arquivista manter a autenticidade dos documentos ao realizar trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa); acesso e sigilo aos documentos (respeitar a legislação vigente quanto ao acesso e sigilo dos documentos, evitando que a vida particular das pessoas responsáveis pela criação dos mesmos sejam expostas); relação profissional (tomar ações levando em conta a missão do arquivo, os produtores dos documentos, colegas de profissão e principalmente os usuários).

Ao analisar os valores referentes à classificação e descrição presentes nos códigos de ética do arquivista de 16 países, Silva et al. (2017) encontraram onze valores. Na categoria “classificação” os valores encontrados foram: acesso à informação; respeito à proveniência; respeito à ordem original; preservação do valor arquivístico do documento; preservação; conservação; confiabilidade; autenticidade; custódia; e imparcialidade.

Na categoria “descrição” os valores encontrados foram: acesso à informação; respeito à proveniência; respeito à ordem original; preservação; confiabilidade; custódia; e imparcialidade. Ainda segundo os autores, verificou-se uma maior incidência nos valores de *acesso à informação e respeito ao princípio da proveniência e da ordem original*, o que confirma a importância desses valores na Organização do Conhecimento.

Segundo Dingwall (2004, p. 29) os valores presentes nos códigos de ética dos profissionais servem para fortalecer a confiança entre o profissional e o público, em que o profissional detém o conhecimento necessário para realizar seu trabalho, um “conhecimento diferenciado [que] cria uma assimétrica relação de poder entre o profissional e o cliente”.

Pode-se dizer que o código de ética, além de aprimorar o status da profissão, definir as responsabilidades e guiar as ações profissionais (Silva et al., 2017), permite estreitar as relações de confiança entre o arquivista e o usuário do arquivo, constituindo o que Dingwall (2004) chamou de relação multilateral. O autor formula essas relações na ideia de um triângulo em que, de um lado, têm-se os produtores dos documentos e as pessoas ligadas aos documentos, de outro lado, os usuários dos documentos e, por fim, o arquivista, que tem a função de “mediar a relação entre produtores e usuários que ocorrem indiretamente por meio dos documentos” (Dingwall, 2004, p. 21).

O arquivista deve estar ciente de seu poder e influência na organização e na representação dessa relação tão complexa entre produtor, documento e usuário para, a partir disso pensar sobre os valores morais que estão sendo refletidos nessas atividades, que muitas vezes estão repletos de bias, como demonstram Milani (2010, 2014) e Pinho (2006, 2010) em seus estudos sobre ética na representação do conhecimento (SILVA ET AL., 2017, p. 48).

Deste modo fica evidente que tais valores são fundamentais ao bom exercício da profissão do arquivista e inerentes ao processo de organização do conhecimento, dando subsídios ao arquivista quanto ao bom exercício de sua profissão perante o seu ambiente de trabalho, usuários da instituição e aos seus colegas de trabalho.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA BIBLIOTECONOMIA E SEUS DILEMAS ÉTICOS

O Bibliotecário é o profissional habilitado para suprir as demandas informacionais de seus usuários, sejam eles de bibliotecas públicas, escolares, universitárias ou especializadas. Para tanto, cabe a este profissional administrar a sua unidade informacional quanto ao tratamento, recuperação e disseminação das informações ali contidas, independentes dos suportes que elas se encontram.

Tendo isso em vista, é possível perceber que a Biblioteconomia constitui campo de atuação de natureza sócio-humanista, uma vez que se caracteriza como prestadora de serviços informacionais, direta ou indiretamente à sociedade e mediadora entre mercado consumidor e produtor da informação, exigindo assim de seus profissionais certas competências para alcançar objetivos sociais e éticos (MISCHIATI; VALENTIM, 2005).

Para alcançar tais objetivos, dois processos são tidos como fundamentais na Organização do Conhecimento: classificação e indexação. Tal importância se evidencia por se tratarem de atividades intelectuais de extrema relevância no trânsito da informação desde sua origem ao destino final, neste caso a falta de um posicionamento ético, poderá comprometer todo o processo de tratamento da informação e, conseqüentemente, sua disseminação e recuperação, prejudicando a satisfação da necessidade informacional do usuário.

A Biblioteconomia consiste na seleção, organização, e disseminação do conhecimento apresentado em várias formas físicas, sendo a classificação o processo mais importante da organização, uma vez que seu propósito na biblioteca é organizar o conhecimento presente nos mais diversos itens presentes na instituição. Tal processo não visa apenas o arranjo do acervo em estantes, mas também o arranjo de entrada de assuntos em catálogos, índices e bibliografias (LANGRIDGE, 1977).

Para o autor, a expressão “Organização do Conhecimento” é a mais adequada para designar a função da biblioteca ao utilizar a classificação, pois não apenas identifica itens de informação específicos e definido de forma precisa como também explicita a vasta gama de assuntos disponíveis e as relações entre os itens na biblioteca. O mesmo ainda afirma que o motivo principal pelo qual o livro se encontra na biblioteca é pelo seu conteúdo, justificando assim a importância da classificação para a Organização do Conhecimento.

Para Mai (2011), a classificação tem sido baseada na esperança da modernidade em representações universais e objetivas, sendo que o objetivo é classificar e representar as coisas como elas realmente são.

Deste modo, classificações refletem a realidade, realidade esta que é tendenciosa, injusta, e cheia de contradições. Cabe então aos profissionais da informação, especialmente aos bibliotecários que trabalham em grandes bibliotecas com coleções consideráveis e diversas, providenciarem acesso a ferramentas que minimizem o estrago causado pelas classificações (MAI, 2011).

Apesar dos benefícios, alguns desafios éticos regularmente emergem quando bibliotecas adotam esquemas de classificações padronizados. Isso ocorre porque, classificações como a CDD (Classificação Decimal de Dewey) exportam pressupostos culturais, o que afeta aquelas culturas que importam esses esquemas (LEE, 2015).

Um exemplo disso é a predominância da religião cristã em relação às demais na CDD, o que na visão de Dewey, devem ser classificadas como “outras religiões”. Deste modo tem-se a classe “religião” ligada ao fator contextual de construção do instrumento, a cultura eurocêntrica, que se sobressai frente o restante (McGARRY, 1999 apud MEDEIROS, 2015, p.204).

Isso vai ao encontro do que foi dito por Olson (1999), quando autora aponta que o esquema de classificação é eficiente em ressaltar a cultura de origem do mesmo e pode não representar as demais culturas e conceitos marginalizados.

Fica evidente assim que a cultura e a ética na Organização do Conhecimento estão interligadas, uma vez que a cultura é capaz de influenciar as pessoas em sua compreensão de mundo, afetando assim o modo como as coisas são classificadas. Para Lee (2015), a cultura é um quadro cognitivo construído pela comunidade, e isso influencia como essa comunidade percebe o mundo.

Ainda segundo autora, a ausência cultural causa alguns dilemas éticos, como a inabilidade de um esquema de classificação em representar demais visões de mundo, o que acaba por dificultar a representação de um assunto e a percepção do usuário diante disso, assim

como o conseguinte acesso desigual da informação, uma vez que a classificação reforça culturas específicas embutidas em seus esquemas.

Percebe-se assim que os sistemas de classificação sempre tendem a representar a cultura da sociedade de quem os criou, deixando evidente que estes não são parciais e dificultam sua inserção em sociedades de culturas diferentes, causando assim a marginalização de assuntos e usuários em determinadas regiões. Para Mai (2013), as bibliotecas e bibliotecários devem se livrar da ideia sem sentido de neutralidade e objetividade e procurar um guia epistemológico e ético na prática dos domínios.

Tais guias não somente advém de códigos de ética da profissão que são muito importantes, mas também de teorias que fazem parte da Ciência da Informação e, conseqüentemente, possuem um papel essencial na Organização do Conhecimento, tal como a análise de domínio proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995), que advoga que o objetivo de criar classificações levando em consideração todos os usuários em todas as situações seja substituído pela noção de que o local é o que importa e, que a informação é melhor organizada seguindo a prática de domínios específicos (MAI, 2013).

A indexação, outro importante processo na Organização do Conhecimento, é compreendida por Lancaster (2004) como processo intimamente ligado à elaboração de resumos, uma vez que ambas atividades são responsáveis pela representação temática dos documentos. Segundo o autor, tais atividades descritoras criam representações dos documentos com o objetivo de inseri-los em uma base de dados, local onde os usuários buscam documentos que sejam pertinentes às suas necessidades informacionais.

Ao resumidor cabe redigir uma descrição narrativa ou síntese do documento, enquanto ao indexador é designada a tarefa de descrever o conteúdo do documento e a escolha de termos de indexação, comumente retirados de um vocabulário controlado. Assim, os termos atribuídos pelos indexadores são tidos como pontos de acesso por meio dos quais o documento é localizado e recuperado em uma busca feita em índices de assunto impressos ou bases de dados eletrônicas.

Ambas as atividades são importantes porque tanto o índice quanto o resumo enquanto produtos finais destes processos respectivamente, abrem portas para a informação, o que demanda a prática profissional um senso de responsabilidade ética e legal (CLEVELAND e CLEVELAND, 2013). Segundo os autores, profissionais da informação possuem uma experiência que lhes conferem poder, no sentido que as pessoas confiam nestes profissionais para encontrar informações necessárias.

Os vocabulários controlados utilizados pelos indexadores para descrever o conteúdo dos documentos são ferramentas utilizadas pelos bibliotecários que consistem em um grupo de termos ou notações que possuem três características: vocabulário limitado do qual o indexador escolhe termos para descrever os temas dos documentos; apenas um termo ou notação para cada conceito e uma estrutura que define as relações entre conceitos (OLSON, 2002).

Para a autora, o vocabulário controlado é uma linguagem universal aplicável ao contexto do catálogo ou índice da biblioteca em virtude da primeira característica. A exclusividade do vocabulário requer que o mesmo seja completo a qualquer momento para a nomeação de um dado universo de informação. A seleção de conceitos a serem nomeados define os limites do sistema, tanto suas inclusões quanto exclusões, enquanto a seleção de termos para esses conceitos normalmente introduz vieses e marginalizações.

É neste contexto que surge um dos problemas maiores da indexação, tido como dilema ético enfrentado pelo indexador, a questão das *bias* na representação do conteúdo dos documentos. Segundo Olson (2002), exemplos de *bias* que se referem a gêneros, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, língua e religião tem sido descritos como limitadores da representação da diversidade e serviço bibliotecário efetivo para populações diversas.

Para Bell (1991), a origem das *bias* e subjetividade nos índices surgem de cinco fontes possíveis: atitudes autorais (opiniões fortes de autores em seus textos podem ser refletidas ou reforçadas em índices); indexadores intrusivos (*bias* introduzidas nos índices por parte dos indexadores); imposição pela classificação (*bias* impostas pelo uso de terminologia padronizada, tesouros ou estrutura de assuntos); limitação linguística (*bias* expostas através de situações sociais embaraçosas, identificação de grupos, implicações políticas, nomeação de subcategorias, sexismo e supressão de matéria textual no índice).

Apesar das *bias* terem um lado positivo que é o de garantir a especificidade da representação de certos assuntos, elas também possuem um viés que é o de expressar uma certa subjetividade por parte do indexador, que normalmente acaba por refletir o seu modo de pensar na atividade que está desenvolvendo, ou seja, suas crenças e valores pessoais ficam explícitas, o que pode marginalizar termos e usuários, dificultando ou até mesmo impossibilitando o acesso à informação.

Nem sempre esta prevalência das crenças pessoais do indexador é feita de modo inconsciente, uma vez que Tennis (2013) expõe que os indexadores possuem um alto grau de intenção, isso significa que, o primeiro nível de intenção deste profissional é de indexar, mas não é pelo fato de que este profissional indexa, que ele agirá com as melhores intenções.

Isso destaca outro dilema ético que ocorre na indexação e que tem a ver com o comportamento antiético do indexador, como é o caso da censura explícita e implícita nos índices. Para Intner (1984), os índices censuram quando a informação é deixada de lado, distorcida ou apresentada de um jeito que muda o que o autor pretendia expressar. O indexador pode fazer isso, uma vez que ao indexar um livro ele pode não representar algo não goste ou não concorde.

Jacobs (2007) deixa isso evidente quando traz em seu texto uma comparação entre um artigo da Carta dos Direitos e Liberdades do Canadá e alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos dos Estados Unidos, em que ambos compartilham certas similaridades tais como: liberdade de pensamento, crença, opinião e expressão para todos os cidadãos. Diante disso, percebe-se a importância da informação e comunicação para os indivíduos, e os indexadores são intermediários deste processo.

Segundo a autora, os indexadores possuem habilidades de censurar, reprimir e distorcer informações, dando os seguintes exemplos: podem impedir alguém de ser ouvido (inibindo seus direitos de expressar seus pensamentos e opinião, assim como sua contribuição para atividades culturais – direitos estes que constam nas duas declarações), podem impedir que alguém receba informação que ele ou ela necessite (inibindo seus direitos de educação e participação em atividades culturais- direitos que constam nos artigos da declaração estadunidense). Dessa forma a autora evidencia alguns poderes ocultos incorporados nas funções de intermediários dos indexadores, cabe então que estes profissionais prestem atenção e tragam para o dia a dia o pensamento ético e o de tomada de decisão.

Outro dilema que os indexadores se deparam é o de visão de mundo, muitas vezes estes tendem a achar que as pessoas com quem elas interagem compartilham as mesmas perspectivas, e esquecem que cada indivíduo possui uma visão de mundo diferente em relação ao outro. Neste caso Jacobs (2007) afirma que ao indexar, o indexador deve estar consciente de que sua visão de mundo difere de outras pessoas, tais como autores e usuários da informação, deste modo o indexador deve estar ciente de suas convicções e não deixar que estas se sobressaiam às convicções dos autores e dos usuários, sendo assim justo com o material a ser indexado.

A autora ainda sugere que o trabalho de indexação deve ser feito com o máximo de clareza possível, de modo que o indexador se policie para saber se este está influenciando o trabalho com suas visões de mundo ou aquelas impressas pelo sistema de indexação. Sistema de indexação esse que compreende as linguagens de indexação (incluem linguagem natural, vocabulários controlados e esquemas de classificação) que são utilizadas para refletir os conceitos que são identificados pelos indexadores, no entanto essa identificação deve ser com

consciência uma vez que há responsabilidade ética neste processo, caso contrário a informação pode ser distorcida e interferir no direito de expressar opiniões e acesso da informação (JACOBS, 2007).

Deste modo, o bibliotecário, assim como o arquivista, pode respaldar-se nos códigos de ética disponíveis para assegurar o bem fazer profissional de suas atribuições. Somente em 2012 um código de ética válido para bibliotecários do mundo inteiro foi estabelecido, tal fato ocorreu durante a 78ª conferência da IFLA *International Federation of Library Associations and Institutions* em 2012.

O código é dividido em seis princípios, a saber:

1. Acesso à informação (é tida como a missão principal dos bibliotecários, pois visa o desenvolvimento pessoal e educacional de potenciais usuários, além de propiciar cultura, lazer e servir como reforço da democracia);
2. Responsabilidades perante a indivíduos e sociedade (assegurar o direito de acesso à informação para qualquer pessoa, independente de idade, nacionalidade, crença, raça, renda, descendência e orientação sexual por meio da alfabetização informacional tornando o usuário mais autônomo e familiarizado com a unidade informacional);
3. Privacidade, sigilo e transparência (o bibliotecário deve zelar pela proteção dos dados pessoais e privacidade dos usuários, pois a relação entre biblioteca e usuário é de confidencialidade);
4. Acesso aberto e propriedade intelectual (oferecer o melhor acesso possível à informação independente de mídia ou formato, apoiando os princípios de acesso aberto, código fonte aberta e licenças abertas para que tal acesso aconteça de forma rápida e eficaz, respeitando sempre direitos de *copyright* dos autores de modo a negociar com estes para que tais informações privadas cheguem aos usuários);
5. Neutralidade, integridade pessoal e habilidades profissionais (responsáveis pela definição de suas políticas de seleção, organização, preservação, provisão e disseminação da informação em seus ambientes de trabalho, cabe aos bibliotecários colocá-las em prática levando em conta uma postura neutra e imparcial exigidas para exercício de tais funções, evitando assim que interesses privados ou crenças pessoais destes profissionais se sobressaiam);
6. Relação colega e empregador/empregado (a relação entre os profissionais da informação deve ser de justiça e respeito, de modo a evitar discriminações no ambiente de trabalho quanto à idade, origem, raça, religião ou orientação sexual de seus colegas, prezando sempre pelo bem dos mesmos quanto a ajudá-los em seus afazeres e sem

distinguir pagamentos e benefícios para homens ou mulheres que ocupem serviços similares).

Em âmbito nacional, os bibliotecários brasileiros possuem o código de ética elaborado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (2002), que dispõe dos direitos e deveres dos bibliotecários. As relações do bibliotecário com os colegas de profissão, órgãos de classe e usuários são descritas de forma que devem ser concretizadas assim como as proibições ao profissional bibliotecário, existentes no mesmo. O não cumprimento de tais normas acarreta em infrações disciplinares e os profissionais estarão sujeitos a penalidades ali impostas.

Deste modo, tanto o código de ética da IFLA, quanto o do CFB, servem de meios norteadores do bem fazer profissional bibliotecário por se tratarem de duas instituições de prestígio e credibilidade no campo da Biblioteconomia nacional e internacional.

3. ANÁLISE DO PANORAMA DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

No Brasil, a criação de ambos os cursos de graduação remonta ao início do século XX, ligados respectivamente ao Arquivo Nacional (AN) e à Biblioteca Nacional (BN), e igualmente com uma múltipla influência estrangeira, seja francesa, da *École National des Chartes*, seja norte-americana, a partir da *Columbia University* na Biblioteconomia e dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos na Arquivologia. As duas formações seguiram, de certa forma, uma trajetória paralela, levando a um exercício profissional regulamentado, seja dos arquivistas, por meio da Lei 6546/78, seja dos bibliotecários, por meio da Lei 4084/62.

A Biblioteconomia teve o primeiro curso do país em 1911, estando este atrelado a Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro, fortemente influenciada pela escola francesa *École National des Chartes*, cuja filosofia de ensino possuía um caráter humanístico muito forte. O segundo curso criado foi na cidade de São Paulo, em 1929, no instituto Mackenzie College, cuja influência vinha do caráter tecnicista da universidade norte americana *Columbia University* (CASTRO, 2000).

Assim havia diferenças entre o modo de ensino das duas instituições, enquanto uma prezava pelo lado humanístico com disciplinas tais como: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Referência, História da leitura, Iconografia e Cartografia, a outra tinha sua essência técnica pulsante, com disciplinas mais voltadas ao cunho prático da profissão bibliotecária : Catalogação, Classificação, Organização de bibliotecas, Bibliografia e História do livro.

Segundo o autor, a americanização do país e as exigências do mercado de trabalho da época fizeram com que no ano de 1944, o curso vinculado à Biblioteca Nacional adotasse as disciplinas técnicas até então vigentes no estado de São Paulo, preservando a característica humanística de ensino do Rio de Janeiro.

Com o status de profissão de nível superior em 1962, vários cursos de Biblioteconomia foram implantados pelo Brasil a fora, tais como: Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Para (UFPA) em 1963, Universidade de Brasília (UNB) em 1966, entre outros cursos espalhados nas demais regiões do país.

De modo semelhante à Biblioteconomia, o primeiro curso de Arquivologia no Brasil denominado Curso Permanente de Arquivos (CPA) fundado em 1960 (cursos de Arquivologia anteriores a esta data eram cursos de formações esporádicas) e ministrado pelo Arquivo Nacional sofrera influências francesas (historicista, erudita), com a vinda de especialistas

franceses, como de Henri Baullier de Branche, e influências norte-americanas (pragmática, técnica) com a vinda do arquivista Theodore Roosevelt Schellenberg (TANUS; ARAÚJO, 2013).

Na década de 1970, o Conselho Federal de Educação (CFE) autorizou a criação de cursos de nível superior em Arquivologia e, em 1977, a Arquivologia conquista seu espaço na universidade quando o CPA é transferido para a FEFIERJ (UNIRIO), sob a denominação de Curso de Arquivologia. Com essa transferência, o curso que funcionava no AN desde 1960 e que já havia sido reconhecido como curso superior, passa a fazer parte do espaço universitário, como o primeiro curso de graduação em Arquivologia no Brasil (MARQUES; RODRIGUES, 2014).

De acordo com as autoras, a implantação, como transferência desse curso para a universidade, são marcos decisivos na trajetória da Arquivologia no Brasil, representando sua conquista de espaço no meio acadêmico.

Em 1977 e 1978 são criados, respectivamente, os cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), consolidando assim o campo de ensino em Arquivologia no Brasil (TANUS; ARAÚJO, 2013).

Dessa forma, tem-se o seguinte panorama dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil, conforme dados do Ministério da Educação e Cultura (E-MEC, 2018):

Tabela 1: Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil.

Instituição	Natureza	UF	Arquivol. (Criação)	Bibliotecon. (Criação)
FURG – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FEDERAL	RS	2008	1975
UDESC – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	ESTADUAL	SC	-----	2001
UEL – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	ESTADUAL	PR	1998	1973
UEPB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	ESTADUAL	PB	2006	-----
UESPI - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	ESTADUAL	PI	-----	2003
UFAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	FEDERAL	AL	-----	1999
UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FEDERAL	AM	2009	1966
UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	FEDERAL	BA	1998	1942
UFC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	FEDERAL	CE	-----	1965
UFCA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	FEDERAL	CE	-----	2006
UFES – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	FEDERAL	ES	2000	1975
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	FEDERAL	RJ	1978	1963
UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	FEDERAL	GO	-----	1980
UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	FEDERAL	MA	-----	1969

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	FEDERAL	MG	2009	1950
UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FEDERAL	MT	----	1999
UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	FEDERAL	PA	2012	1963
UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	FEDERAL	PB	2008	1969
UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	FEDERAL	PE	----	1950
UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	FEDERAL	RS	2000	1947
UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	FEDERAL	RJ	----	2006
UFRN – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	FEDERAL	RN	----	1997
UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FEDERAL	SE	----	2009
UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	FEDERAL	SC	2010	1974
UFSCar – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FEDERAL	SP	----	1994
UFSM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	FEDERAL	RS	1977	----
UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FEDERAL	DF	1991	1966
UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	ESTADUAL	SP	2003	1977
UNIR - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	FEDERAL	RO	----	2009
UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	FEDERAL	RJ	1960	1910
USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	ESTADUAL	SP	----	1966
USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Ribeirão Preto)	ESTADUAL	SP	-----	2003

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Ao observar a tabela, constata-se que hoje no Brasil há, entre instituições públicas de ensino superior (federais e estaduais) 16 cursos de Arquivologia espalhados pelas seguintes regiões do país: Sudeste (5 cursos - UFES, UFF, UFMG, UNESP, UNIRIO), Sul (5 cursos - FURG, UEL, UFRGS, UFSC, UFSM), Nordeste (3 cursos - UEPB, UFBA, UFPB), Norte (2 cursos - UFAM, UFPA), Centro-Oeste (1 curso - UNB).

Os cursos de Biblioteconomia são 30, espalhados nas seguintes regiões do país: Nordeste (10 cursos – UESPI, UFAL, UFBA, UFC, UFCA, UFMA, UFPB, UFPE, UFRN, UFS), Sudeste (9 cursos – UFES, UFF, UFMG, UFRJ, UFSCar, UNESP, UNIRIO, USP/RP, USP/SP), Sul (5 cursos – FURG, UDESC, UEL, UFRGS, UFSC), Centro-Oeste (3 cursos – UFG, UFMT, UNB), Norte (3 cursos – UFAM, UFPA, UNIR).

Segundo as diretrizes curriculares propostas para os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia (BRASIL, 2001), o perfil dos formandos explicita uma preocupação com o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades para enfrentar os problemas de suas práticas profissionais, através da produção e difusão de conhecimentos, reflexão crítica

sobre a realidade que os envolve, busca de aprimoramento contínuo e observação de padrões éticos de conduta.

Quanto às competências e habilidades exigidas destes profissionais, pode-se destacar as seguintes em âmbito geral: identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento; gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; formular e executar políticas institucionais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; desenvolver e utilizar novas tecnologias; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; responder a demandas da informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo (BRASIL, 2001).

Em relação ao âmbito específico, destacam-se as seguintes para Arquivologia: compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo; identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas; planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização; realizar operações de arranjo, descrição e difusão.

Enquanto na Biblioteconomia, destaca-se a interação e agregação de valor nos processos de produção, transferência, organização e uso da informação, em todo e qualquer ambiente, agindo de modo a criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001).

3.1 APRESENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS CURRICULARES DOS CURSOS COM ÊNFASE NAS DISCIPLINAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os cursos de graduação possuem em sua estruturação grades curriculares que são responsáveis por demonstrar quais as disciplinas que o aluno irá cursar durante o período de seu curso. Estas disciplinas podem ser tanto obrigatórias (são essenciais para a melhor compreensão do aluno sobre os fazeres técnicos de sua profissão, deste modo sendo obrigatórias para obtenção do título de bacharel) ou optativas (não comprometem a formação do aluno, servem para complementar e enriquecer o conhecimento especializado do futuro profissional).

Estas grades curriculares, ou matrizes curriculares, disponibilizam informações que são essenciais para o entendimento de como será dividido o curso, tais como: quantos períodos ele possui, quais as disciplinas a serem cursadas durante esses períodos, quais os créditos destas disciplinas, a carga horária destas disciplinas, os pré-requisitos para se cursar tal disciplina (disciplinas que devem ser cursadas antes de outras).

Normalmente, as grades curriculares estão contidas dentro dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação, que são responsáveis por descrever o curso de forma minuciosa, normalmente possuem o histórico da instituição de ensino, a trajetória da profissão, a importância do curso e do profissional, o perfil e o que se exige do profissional formado, a divisão dos eixos temáticos de um curso de graduação, as disciplinas que os alunos irão cursar, os estágios a serem realizados, toda e qualquer informação imprescindível ao funcionamento do curso estão inseridas ali.

Tanto as grades quanto os projetos, possuem informações sobre os conteúdos programáticos das disciplinas a serem cursadas, e uma importante informação contida neles é a ementa das disciplinas, responsável por tratar de forma resumida e prática quais os pontos principais e que serão estudados durante tais disciplinas.

A partir da análise dos projetos político-pedagógicos e grades curriculares dos cursos de Arquivologia (16 cursos) e Biblioteconomia (30 cursos) no Brasil pelas disciplinas de Organização do Conhecimento, duas tabelas foram criadas, a seguinte é das disciplinas de OC em Arquivologia, como se pode ver a seguir:

Tabela 2: Disciplinas de Organização do Conhecimento nos cursos de Arquivologia.

Inst.	Classificação/Arranjo	Descrição	Disciplina que engloba as duas funções
FURG	Classificação Arquivística	Descrição Arquivística	-----
UEL	Classificação de Documentos	Descrição de Documentos	-----
UEPB	Análise Documentária	Representação da Informação	-----
UFAM	Fundamentos da Classificação em Arquivos	Arranjo e Descrição de Documentos	-----
UFBA	Arquivos Correntes e Arquivos Permanentes	Descrição Arquivística	-----
UFES	Classificação de Documentos Arquivísticos	Descrição de Documentos Arquivísticos	-----
UFF	Classificação em Arquivos	Descrição Arquivística	-----
UFMG	Fundamentos de Arquivologia	Descrição de Documentos Arquivísticos	-----
UFPA	Classificação Arquivística	Representação Arquivística I e II	-----
UFPB	Representação Temática da Informação Arquivística I	Representação Descritiva da Informação Arquivística I	-----
UFRGS	Arranjo em Arquivos	Descrição Arquivística	-----
UFSC	Classificação Arquivística	Descrição Arquivística	-----
UFSM	-----	-----	Arranjo e Descrição de Documentos I e II

UNB	Arquivo Corrente I e Arquivo Permanente I	Arquivo Permanente II	-----
UNESP	Classificação Arquivística	Descrição Documental	-----
UNIRIO	Classificação de Documentos Arquivísticos	Arranjo e Descrição	-----

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Na tabela 2, é possível notar as disciplinas referentes à Organização do Conhecimento em Arquivologia e suas diferentes nomenclaturas dependendo de cada instituição de ensino, vale ressaltar que todas as instituições possuem disciplinas específicas para as funções de classificação e descrição, salvo exceção a UFSM, que não possui disciplinas específicas pra cada função, mas apenas uma para as duas funções.

Quantos às disciplinas que mencionam o tema ética de forma geral ou específica fora do âmbito da Organização do Conhecimento, tem-se o seguinte panorama no campo da Arquivologia:

Tabela 3: Disciplinas específicas e gerais de ética nos cursos de graduação em Arquivologia.

Inst.	Disciplina Específica de Ética	Situação	Disciplina Geral de Ética	Situação
FURG	Ética Profissional	Obr	-----	-----
UEL	Ética na Prática Arquivística	Obr	-----	-----
UEPB	Aspectos Éticos e Legais dos processos Informacionais	Obr	-----	-----
UFAM	-----	-----	Introdução à Filosofia	Opt
UFBA	Formação e Ética do Arquivista	Obr	-----	-----
UFES	-----	-----	Fundamentos de Arquivologia	Obr
UFF	Ética e Informação	Obr	-----	-----
UFMG	-----	-----	Introdução à Arquivologia	Obr
UFPA	Ética e Informação	Obr	-----	-----
UFPB	Ética da Informação	Obr	-----	-----
UFRGS	Ética Profissional	Obr	-----	-----
UFSC	Ética Profissional	Obr	-----	-----
UFSM	Ética e Legislação Arquivística	Obr	Introdução ao Estudo da Arquivologia	Obr
UNB	-----	Obr	Introdução à Arquivologia. e Introdução à Filosofia	Obr / Opt
UNESP	-----	-----	Atuação Profissiona em Arquivologia	Obr
UNIRIO	Ética Profissional Arquivística	Opt	-----	-----

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Na tabela 3, é possível verificar como se dá a presença do tema ética no ensino dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, os nomes das disciplinas variam de instituição para instituição, percebe-se ainda que a maioria das instituições possuem disciplinas específicas com o tema em suas grades curriculares, sendo que a UFAM, UFES, UFMG, UNB e UNESP não possuem. O tema está presente em todas as instituições e possui característica obrigatória, uma vez que apenas duas disciplinas são optativas possuindo o mesmo nome em instituições diferentes (Introdução à Filosofia – UFAM, UNB). Vale ainda ressaltar que Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é a única instituição que possui o tema ética em disciplina

específica e geral (lembrando que por disciplina geral entende-se que o tema ética não faz parte das discussões centrais da disciplina, apenas uma breve menção).

No tocante à Biblioteconomia, as disciplinas referentes à Organização do Conhecimento podem ser observadas na seguinte tabela:

Tabela 4: Disciplinas de Organização do Conhecimento nos cursos de Biblioteconomia.

Inst.	Classificação	Indexação	Disciplinas que envolvem Classificação e Indexação
FURG	Fundamentos da Organização do Conhecimento; Sistemas de Classificação: teoria e prática	Linguagens Documentárias: teoria e prática	-----
UDESC	Representação Temática I e II	Indexação e Resumos	Introdução ao Tratamento Temático da Informação
UEL	Esquemas de Classificação	Indexação em Serviços de Informação	-----
UESPI	Classificação I, II e III	Indexação	-----
UFAL	Representação Temática I e II	Análise da Informação I e II	-----
UFAM	Representação Temática	Análise da Informação	-----
UFBA	-----	-----	Organização Temática da Informação I e II
UFC	Linguagens Documentárias Alfanuméricas CDD e CDU	Representação Temática da Informação: Indexação; Linguagens Documentárias Alfabéticas	-----
UFCA	Linguagens Documentárias Alfanuméricas CDD e CDU	Representação Temática da Informação: Indexação e Linguagens Documentárias Alfabéticas	-----
UFES	Representação Temática III	Representação Temática II	Representação Temática I
UFF	Representação da Informação	Análise Documentária e Recuperação da Informação I	-----
UFG	Linguagens de Classificação I e II; Linguagens Documentárias	Indexação e Resumos	-----
UFMA	Linguagem Documentária I, II e III	Análise Temática da Informação	-----
UFMG	Sistemas de Classificação CDD e CDU	Linguagem de Indexação; Análise de Assunto	-----
UFMT	Representação Temática I e II	Indexação	-----
UFPA	Representação Temática da Informação I e II	Linguagem de Indexação	-----
UFPB	Representação Temática da Informação I e II	Representação e Análise da Informação	-----
UFPE	Linguagens Documentárias Hierárquicas; Teoria da Classificação	Indexação e Resumos; Linguagens Documentárias Alfabético-hierárquicas	-----
UFRGS	Linguagem Documentária I e II	Linguagem Documentária III	-----
UFRJ	Representação Temática I e II	Indexação e Resumo	-----
UFRN	Classificação Bibliográfica I e II	Indexação e Resumo	-----
UFS	Representação Temática I e II	Linguagem de Indexação I e II	-----
UFSC	Sistemas de Classificação	Indexação	-----
UFSCAR	Análise e Representação Temática da Informação e Linguagens Documentárias I, II e III	Indexação e Resumos	-----
UNB	Classificação	Indexação	-----
UNESP	Sistemas de Classificação Bibliográficas e Linguagens Documentárias Alfabéticas	Condensação Documental, Indexação e Leitura Documental	-----
UNIR	Classificação I e II	Tópicos Especiais em CI	-----
UNIRIO	Sistemas de OC I e II, OC I	Org. do Conhecimento II	-----
USP-RP	Linguagens Documentárias, Linguagens Documentárias: Sistemas de Classificação Bibliográfica	Elaboração de Resumos Documentários e Indexação	-----

USP-SP	Ling. Documentárias I e II	Indexação: teoria e métodos	-----
--------	----------------------------	-----------------------------	-------

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nota-se que, assim como na Arquivologia, os nomes das disciplinas em Organização do Conhecimento nos cursos de Biblioteconomia não seguem um padrão, possuem diversos nomes para representar uma mesma prática. Praticamente todos os cursos possuem disciplinas específicas para o ensino de classificação e indexação, apenas os cursos da UFBA e UFF disponibilizam uma única disciplina que contém tanto a classificação quanto a indexação. Em relação à UDESC, além de a instituição possuir disciplinas específicas para classificação e indexação, ela ainda dispõe de uma disciplina que abarca as duas funções em uma só.

No campo da Biblioteconomia, o tema ética fora da OC aparece da seguinte maneira:

Tabela 5: Disciplinas específicas e gerais da ética nos cursos de Graduação em Biblioteconomia.

Inst.	Disciplina Específica em Ética	Situação	Disciplina Geral em Ética	Situação
FURG	Ética Profissional	Obr	-----	-----
UDESC	-----	-----	Introdução à Biblioteconomia e CI; Evolução do Pensamento Científico e Filosófico	Obr / Obr
UEL	Ética e Atuação do Bibliotecário	Obr	-----	-----
UESPI	-----	-----	-----	-----
UFAL	-----	-----	Introdução à Biblioteconomia e CI; Seminário de Integração em Biblioteconomia e CI	Obr / Opt
UFAM	-----	-----	Epistemologia da Biblioteconomia	Obr
UFBA	-----	-----	Introdução à Biblioteconomia e CI	Obr
UFC	Atuação e Ética Profissional	Obr	Introdução à Filosofia	Obr
UFCA	-----	-----	Introdução à Filosofia	Obr
UFES	-----	-----	Fundamentos de Biblioteconomia; Seminário sobre Atuação Profissional	Obr/Obr
UFF	Ética e Informação	Obr	-----	-----
UFG	-----	-----	Fundamentos da Biblioteconomia	Obr
UFMA	Ética na Informação	Opt	Fundamentos da Biblioteconomia; Filosofia	Obr / Obr
UFMG	-----	-----	Introdução à Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia	Obr
UFMT	Ética Profissional da Informação	Opt	-----	-----
UFPA	Ética e Informação	Obr	Fundamentos da Filosofia e da Lógica	Obr
UFPB	Ética da Informação	Obr	-----	-----
UFPE	Ética em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Opt	-----	-----
UFRGS	Ética da Informação	Obr	-----	-----
UFRJ	Ética da Administração; Ética da Informação e da Biblioteconomia	Obr/Opt	Fundamentos da Biblioteconomia e CI; Filosofia da Administração	Obr/Obr
UFRN	-----	-----	Fundamentos em Biblioteconomia e CI	Obr
UFS	-----	-----	-----	-----
UFSC	Ética Profissional	Obr	-----	-----

UFSCar	-----	-----	Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Obr
UNB	-----	-----	Introdução à Filosofia	Opt
UNESP	-----	-----	Atuação Profissional e Formação e Desenvolvimento de Coleções	Obr/Obr
UNIR	Legislação e Ética	Obr	Evolução do Pensamento Científico e Filosófico	Obr
UNIRIO	Ética Profissional	Obr	-----	-----
USP-RP	Ética, Política e Informação	Obr	-----	-----
USP-SP	-----	-----	-----	-----

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

De maneira semelhante à ética abordada nos cursos de Arquivologia, as disciplinas nos cursos de Biblioteconomia possuem nomes distintos, no entanto o tema é mais difundido entre disciplinas específicas e gerais, observando-se uma predominância da ética profissional nas específicas e ética dentro da filosofia nas gerais (ciência da qual deu origem aos estudos éticos em todos os seus aspectos). O caráter obrigatório da disciplina se mantém, uma vez que apenas seis instituições abordam o tema em disciplinas optativas (UFAL, UFMA, UFMT, UFPE, UFRJ, UNB), mesmo assim três delas também possuem disciplinas obrigatórias (UFAL, UFMA, UFRJ), o que reforça ainda mais o caráter obrigatório da disciplina ética nos cursos de Biblioteconomia no Brasil.

Apenas seis instituições possuem disciplinas específicas e gerais (FURG, UFC, UFMA, UFPA, UFRJ, UNIR), e apenas duas não apresentaram o tema em nenhuma das duas categorias de disciplinas (UESPI, USP-SP).

Desse modo, observa-se uma ausência de aspectos éticos abordados nas disciplinas de Organização do Conhecimento em Arquivologia e Biblioteconomia. Nenhuma das ementas, objetivos, conteúdos programáticos destas disciplinas faziam menção à ética nos processos de descrição e classificação em Arquivologia e classificação e indexação na Biblioteconomia. No entanto, constatou-se que a ética é uma área de estudo em ambos os cursos, uma vez que a temática está presente em todos os cursos de Arquivologia e praticamente em todos de Biblioteconomia, apenas duas instituições não haviam registro quanto ao tema em suas disciplinas (UESPI e USP-SP).

Como anteriormente mencionado, a disciplina ética possui caráter majoritariamente obrigatório em ambos os cursos, uma vez que nos cursos de Arquivologia, apenas uma disciplina de ética específica é optativa (Ética Profissional Arquivística – UNIRIO) ao passo que apenas duas disciplinas gerais de ética eram optativas (Introdução à Filosofia – UFAM e UNB). Na Biblioteconomia, três disciplinas específicas de ética eram optativas (Ética na Informação – UFMA; Ética profissional da Informação – UFMT; Ética da Informação e da Biblioteconomia – UFRJ), enquanto que apenas duas disciplinas gerais de ética eram optativas

(Seminário de Integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação – UFAL e Introdução à Filosofia – UNB).

A partir da análise comparativa das duas realidades a fim de verificar pontos de convergência e discrepância entre o tema ética abordado na Arquivologia e Biblioteconomia, percebeu-se que o tema ética nas disciplinas gerais, está inserido de forma mais ampla em aspectos iniciais dos estudos em Arquivologia e Biblioteconomia, de caráter mais introdutórios, nas seguintes disciplinas: Fundamentos da Arquivologia – UFES; Introdução à Arquivologia – UFMG e UNB; Introdução ao estudo da Arquivologia – UFSM (Arquivologia) e Introdução à Biblioteconomia – UDESC, UFAL, UFBA, UFMG; Epistemologia da Biblioteconomia – UFAM; Fundamentos da Biblioteconomia – UFES, UFG, UFMA, UFRJ, UFRN, UFSCAR (Biblioteconomia).

Tais disciplinas introdutórias tratam de forma geral sobre noções de ética arquivística, a institucionalização da Arquivologia como disciplina e o papel social e lugar do arquivista na sociedade, regulamentações da profissão, direitos e deveres do arquivista, órgãos de classe e seus objetivos, legislação e ética. Outra disciplina geral em ética na Arquivologia que não foca tanto nas questões epistemológicas e introdutórias da Arquivologia, mas que também fala da relação profissão e profissional, legislação da profissão e ética profissional é a (Atuação Profissional em Arquivologia – UNESP), e as duas restantes são (Introdução à Filosofia - UFAM e UNB), que tratam mais sobre a questão do agir eticamente e fundamentos da ética.

Na Biblioteconomia, as disciplinas gerais introdutórias tratam sobre fundamentos da Biblioteconomia, a biblioteca na sociedade, o bibliotecário quanto a sua formação, mercado de trabalho e perspectivas profissionais, entidades de classe, legislação, código de ética e ética profissional. As demais disciplinas gerais de ética (Evolução do Pensamento Científico e Filosófico – UDESC e UNIR; Introdução à Filosofia – UFC, UFCA, UNB; Seminário de Integração em Biblioteconomia e CI – UFAL; Seminário sobre Atuação Profissional – UFES; Filosofia da Administração – UFRJ; Fundamentos da Filosofia e da Lógica – UFPA; Atuação Profissional e Formação e Desenvolvimento de Coleções – UNESP) tratam de assuntos de natureza da Filosofia, evolução do pensamento filosófico, conceito de ética, Filosofia da ética, ética profissional, o agir eticamente, Filosofia da administração, problemas fundamentais em: linguagem, valores, ética, educação, cultura e política. As múltiplas possibilidades de inter-relação entre política, ética e teoria do conhecimento.

Perpassando também pela ética profissional e ambiental na atuação do bibliotecário, reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira na atuação do bibliotecário, assim como Ênfase na função social do Bibliotecário como profissional da

informação e a sua relação com o mercado de trabalho, priorizando as questões éticas presentes no cotidiano, além de censura e ética na formação e desenvolvimento de coleções.

Quanto as disciplinas de ética específicas em ambos os cursos, vale destacar que as instituições (FURG, UFF, UFPA, UFPB e UFSC) possuem disciplina de tronco comum, ou seja, a mesma disciplina de ética tanto para Arquivologia quanto Biblioteconomia, e abordam os temas aspectos teóricos e práticos de deontologia aplicados às atividades profissionais no âmbito da Ciência da Informação, conceitos de ética e moral, problemas e crises da ética na sociedade contemporânea, questões de ética na produção, gerenciamento e transferência da informação, comportamento e postura profissional, sigilo profissional, o direito à informação na sociedade informacional, ética aplicada à informação.

As demais disciplinas específicas em Arquivologia (Ética na Prática Arquivística – UEL; Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais – UEPB; Formação e Ética do Arquivista – UFBA; Ética e Legislação Arquivística – UFSM e Ética Profissional Arquivística – UNIRIO) abordam temas como profissão com responsabilidade social, ética e profissão, direitos e deveres do profissional. Associações, órgãos de classe e seus objetivos. Conhecer os preceitos éticos que norteiam a profissão do arquivista, principais leis, decretos e portarias relacionadas com a Arquivologia. Conduta ética para com os arquivos, a informação e com as pessoas, direitos humanos, código de ética.

Enquanto que as demais específicas de Biblioteconomia (Ética e Atuação do Bibliotecário – UEL; Atuação e Ética Profissional – UFC; Ética na Informação – UFMA; Ética Profissional da Informação – UFMT; Ética em Biblioteconomia e Ciência da Informação – UFPE; Ética da Informação – UFRGS; Ética da Administração e Ética da Informação e da Biblioteconomia – UFRJ; Legislação e Ética – UNIR; Ética Profissional – UNIRIO; Ética, Política e Informação – USP/RP) abordam o perfil do bibliotecário e a sociedade contemporânea, habilidades e competências, postura e atuação, direitos e obrigações, ética profissional, legislação, organização profissional e da informação, direitos autorais, ética da Biblioteconomia e ética da pesquisa. A ética e sua relação com o campo da informação e das tecnologias de informação e comunicação, fazer ético do profissional da informação e conduta profissional a partir de códigos de ética do bibliotecário.

Deste modo, conclui-se que as disciplinas que contém o tema ética em seus conteúdos programáticos seja de forma específica ou geral tanto no curso de Arquivologia quanto de Biblioteconomia, apresentam aspectos mais voltados para a ética profissional, tais como condutas e legislações a serem seguidas, direitos e deveres destes profissionais, quais as entidades de classe de forma mais assídua nas disciplinas gerais, e questões como definição de

ética, moral e valores assim como contextualização do papel social do arquivista e bibliotecário na sociedade mais voltadas para disciplinas específicas. No entanto, todos estes aspectos estão presentes, alguns com maior e outros com menor intensidade, tanto em disciplinas gerais quanto específicas.

Com a ausência dos temas éticos nas disciplinas específicas de Organização do Conhecimento em Arquivologia e Biblioteconomia, sugere-se que um maior espaço deveria ser dado nestas disciplinas para tratar a temática que é tão importante e necessária para a área, como descrito nos benefícios de se adotar uma postura ética nos fazeres dessas atividades. Deste modo os alunos de graduação se atentariam para os benefícios do bem fazer de tais práticas desde o início dos cursos através de discussões e exemplos mostrados em sala de aula e a postura ética se tornaria um processo comum ao longo de suas carreiras profissionais, sempre levando em conta o bem estar dos usuários e demais pessoas que possam se beneficiar do resultado final destas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dilemas éticos que os profissionais da informação se deparam constantemente em seus ambientes de trabalho, mais especificamente os arquivistas e bibliotecários, respectivamente em suas funções de classificação e descrição e classificação e indexação, é de suma importância que aspectos éticos sejam levados em conta no momento do ensino de tais processos ligados à Organização do Conhecimento.

A partir do objetivo geral deste trabalho cujo propósito era verificar a presença de aspectos éticos ligados especificamente ao ensino de disciplinas de Organização do Conhecimento nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia brasileiros, constatou-se que, apesar de o ensino da ética nesses cursos estar presente de forma quase unânime, - apenas duas instituições de Biblioteconomia não apresentaram registros em seus planos político-pedagógicos - não há, ainda, uma preocupação por parte das instituições de se adotar uma postura ética frente ao ensino dos processos inerentes à Organização do Conhecimento.

Constatou-se, ainda, que tais disciplinas, tanto gerais quanto específicas de ética nas matrizes curriculares, são mais voltadas para a ética deontológica, que é a parte da ética ligada ao estudo do bem agir humano a partir de um conjunto de princípios e regras de conduta e deveres, normalmente pautados por códigos de ética profissionais, demonstrando uma responsabilidade em informar mais sobre direitos, deveres, órgãos de classe, códigos de ética, postura e papel social dos arquivistas e bibliotecários na sociedade.

As disciplinas também possuem caráter obrigatório em ambos os cursos, uma vez que apenas 3 disciplinas de 19 em Arquivologia e 6 de 39 em Biblioteconomia eram optativas. Pode-se constatar também que as disciplinas de ética em Arquivologia são mais ofertadas em disciplinas específicas de ética (12 disciplinas) do que em gerais (7 disciplinas), enquanto que na Biblioteconomia ocorre o inverso, 16 disciplinas específicas ante 23 disciplinas gerais.

Tal fato pode ser explicado devido ao número maior de estudos éticos em Biblioteconomia em comparação à Arquivologia, uma vez que a Biblioteconomia possui uma literatura científica maior referente a ética em seu campo de atuação, há menos disciplinas específicas de ética que são responsáveis por explicar a epistemologia do tema, ao passo que a Arquivologia ainda está em processo de assimilação e familiaridade aos aspectos éticos em suas atribuições.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o crescente olhar necessário dos estudos éticos tanto na Arquivologia quanto na Biblioteconomia, principalmente nos processos que dizem respeito à Organização do Conhecimento em ambos os cursos, pois tais

benefícios serão de extrema relevância não só para os profissionais que delas se utilizam, mas para os usuários que se beneficiam dos resultados obtidos por meio de processos éticos de organização.

REFERÊNCIAS

ACCART, J.P.; RÉTHY, M.P. **Le métier de documentaliste**. Paris: Ed. du Cercle de la librairie, 2003.

ARANALDE, M.M. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005.

AROT, D. Les valeurs professionnelles du bibliothécaire. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v.45, n.1, p.33-41, 2000.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

BELL, H.K. Bias in indexing and loaded language. **The Indexer**, v. 17, n. 3, p. 173-177, 1991.

BELLOTTO, H.L. Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação: da convergência de objetivos à diversidade da documentação e do processamento técnico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, n.11, p. 169-176, 1978.

BELLOTTO, H.L. Arquivos, bibliotecas e museus: fronteiras definidas. **Arquivo Rio Claro**, n.1, p. 5-11, 1982.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer 492/2001**. 9 jul. 2001. Seção 1e, p. 50.

CAMARGO, A.M.A. et al. **Dicionário de terminologia arquivística**. 3. ed. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

CASTRO, C.A. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.

CASWELL, M. Using classification to convict the Khmer Rouge. **Journal of Documentation**, v. 68, n. 2, p. 162-180, 2012.

CLEVELAND, D.; CLEVELAND, A.C. **Introduction to Indexing and abstracting**. 4. ed. Santa Bárbara: ABC-CLIO, 2013. 384 p.

CORTINA, A.C. ; MARTINEZ, E. **Ética**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 186 p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Código de ética do profissional bibliotecário**. Disponível em:
<http://www.cfb.org.br/wpcontent/uploads/2017/01/Resolucao_042.pdf> Acesso em: 20/08/2017.

COUTURE, C. **Les fonctions de l'Archivistique contemporaine**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2010.

DINGWALL, G. Trusting archivists: the role of archival ethics codes in establishing public faith. **The American Archivist**, v. 67, n. 1, p. 11-30, 2004.

DUFF, W.M.; HARRIS, V. Stories and names: archival description as narrating records and constructing meanings. **Archival Science**, v. 2, p. 263-285, 2002.

EMEC. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> . Acesso em: 05/03/2018.

EVANGELISTA, I.V. **A Exaustividade e a especificidade como valores éticos no processo de indexação: aspectos conceituais e deontológicos**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2016.

FERNANDEZ MOLINA, J.C. Ethical concerns and their place in the training of information professionals. **Journal of Spanish Research on Information Science**, v.1, n.2, p.1-8, 2000.

FERNANDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J.A.C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: Lopez-Huertas, M.J. (Org.). **Challenges in knowledge representations and organization for the 21st century**. Würzburg: Ergon, 2002, v. , p. 487-492.

FONSECA, J.S. ; GARCIA, J.C.R. Responsabilidade ética e social do profissional da informação. **Biblionline**, v. 5, n. 1, jan./abr. 2009.

FROEHLICH, T.J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J.R.; GOEDGEBUURE, B. G. **New worlds in information and documentation**. Amsterdam : Elsevier ; FID, 1994. p. 459-470.

FROEHLICH, T.J. **Survey analysis of the mayor ethical and legal issues facing library and information services**. Munich : K.G.Saur, 1997.

FUJITA, M.S.L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, 2003.

GORMAN, M. **Our enduring values: librarianship in the 21st century**. Chicago : ALA, 2000.

GUIMARÃES, J.A.C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M.L.P. (Ed.). **Profissionais da informação: formação e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.

GUIMARÃES, J.A.C.; FERNANDEZ-MOLINA, J. C. . Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In: José Antonio Frias; Crispulo Travieso. (Org.). **Tendências de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003, p. 809-816.

GUIMARÃES, J.A.C. Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ de GÓMEZ, M.N.; ORRICO, E.G.D. **Políticas de memória e informação**. Natal: EDURFRN, 2006. p. 237-264.

GUIMARÃES, J.A.C. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: FUJITA, M. S. L.; GUIMARAES, J. A. C.. (Org.). **Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 33-44.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, n.4, 2002, p. 422-462.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American society for Information Science**, v. 46, p. 400-425, 1995.

ICA. **Code of ethics**. Disponível em:<http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf>. Acesso em: 20/08/2017.

IFLA. **Code of ethics for librarians and other Information workers**. Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/node/11092>>. Acesso em: 20/08/2017.

INTNER, S.S. Censorship in indexing. **The Indexer**, v. 14, n. 2, p. 105-108, 1984.

JACOBS, C. Ethical places, ethical spaces: stopping to listen. **The Indexer**, v. 25, n. 3, p. 161-166, 2007.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 184 p.

KUHLEN, R. Discourse ethics as a means for resolving information ethics dilemmas. In: PREISIG, A.V.; RÖSCH, H.; STÜCKELBERGER, C. (Orgs). **Ethical dilemmas in the information society**. Geneva: Globethics, 2014.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos: teoria e pratica**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LANGRIDGE, D. **Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 120 p.

LEE, W.-C. Culture and classification: an introduction to thinking about ethical issues of adopting global classification standards to local environments. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 5, p. 302-307, 2015.

LOPES, L.C. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

MAI, J.-E. The modernity of classification. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011.

MARQUES, A.A.C; RODRIGUES, G.R. Contribuições internacionais na institucionalização da Arquivologia no Brasil (1959-1977). In: MARQUES, A.A.C et al (Org). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014, p. 73-100.

MEDEIROS, J.S. Uma abordagem conceitual sobre garantias de representação no gerenciamento da organização de estoques de informação como proposição ético-informacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 190-210, set/dez, 2015.

MILANI, S.O. **Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área**. 2007. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - UNESP, Marília, 2007.

MILANI, S.O. **Bias na representação de assunto: uma discussão de oposições binárias nos functional requirements for subject authority data (FRSAD)**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

MILANI, S.O. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, 2010.

MIRANDA, M.L.C. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, 1999.

MISCHIATI, A.C; VALENTIM, M.L.P. Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 209-220, 2005.

NALINI, J.R. **Ética geral e profissional**. 4. ed. São Paulo: Ed.Revista dos Tribunais, 2004.

OLSON, H. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelian legacy. **Knowledge Organization**, v.26, n. 2, p. 65-73, 1999.

OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002. 261 p.

PINHO, F.A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio Garcia Gutiérrez, Michele Hudon e Clare Beghtol**. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, 2006.

PREISIG, A.V. et al. Ethical dilemmas in the information society: how codes of ethics help to find ethical solutions. In: PREISIG, A.V.; RÖSCH, H.; STÜCKELBERGER, C. (Orgs). **Ethical dilemmas in the information society**. Geneva: Globethics, 2014.

REGO, L.M.; SILVA, A.P.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; TOGNOLI, N.B. Aspectos éticos em organização do conhecimento na prática profissional arquivística: um estudo dos princípios de ética da AAB, CIA e SAA. **Scire (Zaragoza)**, v. 20, p. 37-42, 2014.

RHOADS, J.B. **The role of archives and records management in national information systems: a RAMP study**. Paris: UNESCO/UNISIST, 1989.

SÁ, A.L. **Ética profissional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 254 p.

SANTOS, P.L.V.A.C. Catalogação e ética no ambiente colaborativo e de empoderamento das redes Informacionais. In: **PRIMEIRO SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO**. Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações. FREIRE, G.H.A. (Org.), João Pessoa: Ideia, 2010.

SILVA, A.P. **Aspectos éticos em organização da informação: um estudo em códigos de ética do profissional arquivista**. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, 2016.

SILVA, A.P.; TOGNOLI, N.B.; GUIMARÃES, J.A.C. Os valores éticos na organização e reпреntação do conhecimento arquivístico. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 11, p.44-53, 2017.

SMIT, J. W. Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000a.

SMIT, J. W. O profissional de informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000b.

SMIT, J.W.; BARRETO, A. de A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L.P. (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

SOUSA, R.T.B. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 8, p. 1-24, 2014.

SOUZA, F.C. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1998. 107 p.

STUMPF, K. Abordagens recentes sobre ética no campo da Ciência da Informação no Brasil. **DataGramaZero**, v. 11, n. 6, p. 1-11, dez. 2010.

STURGES, R.P. Doing the right thing: professional ethics for information workers. In: VAGAN, R.W. (ed.) **The ethics of librarianship**. Munchen: Saur, 2002. p. 302-322.

TANUS, G.F.S.C.; ARAÚJO, C.A.A. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli**, v. 18, p. 83-102, 2013.

VAAGAN, R.W. **The ethics of librarianship**. Munchen: K.G.Saur, 2002.

YAKEL, E. Archival representation. **Archival Science**, v. 3, p. 1-25, 2003.

ANEXOS

**ANEXO A – FICHAS DE REGITRO DAS EMENTAS E OBJETIVOS DAS
DISCIPLINAS DE ÉTICA EM ARQUIVOLOGIA**

Instituição: FURG
Curso: Arquivologia
Disciplina: Ética Profissional
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Aspectos teóricos e práticos de Deontologia aplicados às atividades profissionais no âmbito da Arquivologia.

Instituição: UEL
Curso: Arquivologia
Disciplina: Ética e Atuação do Bibliotecário
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Ética e Moral. Direitos Humanos. Ética Profissional. Código de ética. O exercício da profissão e a responsabilidade social. Direitos e Deveres do profissional. Legislação, associações, órgãos da categoria e seus objetivos.

Instituição: UEPB
Curso: Arquivologia
Disciplina: Aspectos Éticos e Legais dos Processos de Informacionais
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Ética, moral e deontologia. Normatividade moral e relatividade de valores. Problemas e crises da ética na sociedade contemporânea. Questões éticas na produção, gerenciamento e transferência da informação. Normas e princípios deontológicos no Brasil e em outros países; Direito à Informação. Valor legal da informação. Direito do autor. Direito informático.

Instituição: UFAM
Curso: Arquivologia
Disciplina: Introdução à Filosofia
Situação: Optativa
Ementa e Objetivos: -----

Instituição: UFBA

Curso: Arquivologia
Disciplina: Formação e Ética do Arquivista
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: O arquivista: profissional da informação, sua função social e o seu papel nas organizações. Conduta ética para com os arquivos, a informação e com as pessoas.

Instituição: UFES
Curso: Arquivologia
Disciplina: Fundamentos de Arquivologia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Conceitos Gerais: arquivo e arquivologia – objeto, campo de atuação. Classificação e tipos de arquivo. Profissão do arquivista. Noções de ética arquivística. Áreas afins da Arquivologia. A Arquivologia como campo científico. Principais abordagens da Arquivologia contemporânea. Intérpretes e interpretações dos processos arquivísticos em diferentes contextos nacionais de configuração da Arquivologia.

Instituição: UFF
Curso: Arquivologia
Disciplina: Ética e Informação
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Ética, moral, deontologia. Normatividade moral e relatividade de valores. Problemas e crises da ética na sociedade contemporânea. Questões éticas na produção, gerenciamento e transferência da informação. Normas e princípios deontológicos no Brasil e outros países.

Instituição: UFMG
Curso: Arquivologia
Disciplina: Introdução à Arquivologia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: História dos arquivos e da Arquivologia e a evolução do pensamento arquivístico na cultura ocidental. A institucionalização da Arquivologia como disciplina e o papel social e lugar da Arquivologia na sociedade. A profissão de arquivista e a regulamentação da profissão. Os direitos, os deveres e a ética profissional do arquivista. O papel social e o lugar do arquivista na sociedade. O campo de atuação do arquivista, o mercado de trabalho e as demandas profissionais. As associações, os órgãos de classe e seus objetivos. O ensino da Arquivologia e as estratégias de formação voltadas para o campo de atuação dos arquivistas.

Instituição: UFPA
Curso: Arquivologia
Disciplina: Ética e Informação
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Conceitos de Ética e Moral. A ética como doutrina da conduta humana. Perspectiva histórica e sistemática da ética. A Crise de valores na modernidade: a ética pós-moderna. O direito à informação na sociedade informacional. Produção normativa e informativa. Conteúdo e objetividade. Ética aplicada à informação. A Ética e o profissional da informação. A responsabilidade dos meios, dos profissionais e dos receptores da informação. Aspectos éticos e jurídicos da informação. Código de ética profissional. Os limites da ética normativa.

Instituição: UFPB
Curso: Arquivologia
Disciplina: Ética da Informação
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Perspectiva histórica e sistemática da ética. Ética da informação produzida, acessada e utilizada. Ética e o profissional da informação. Ética nas relações humanas. Ética na vida do profissional da informação. Código de ética profissional. Legislação da profissão. Entidades de classe. Mundo do trabalho, prática profissional e responsabilidade social.

Instituição: UFRGS
Curso: Arquivologia
Disciplina: Ética Profissional
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Aspectos teóricos e práticos de deontologia aplicados à Arquivologia.

Instituição: UFSC
Curso: Arquivologia
Disciplina: Ética Profissional
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Ética: conceito e objeto. As questões éticas e a atuação profissional. Legislação.

Instituição: UFSM
Curso: Arquivologia

Disciplina: Ética e Legislação Arquivística
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Conhecer os preceitos éticos que norteiam a profissão do arquivista, bem como as principais leis, decretos e portarias relacionadas com a Arquivologia.

Disciplina: Introdução ao Estudo da Arquivologia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Identificar as fases da evolução histórica dos arquivos e da Arquivologia. Explicar os fundamentos teóricos da Arquivologia. Conceituar termos arquivísticos. Reconhecer a importância das principais instituições arquivísticas no mundo. Estabelecer um paralelo entre a Arquivologia e as ciências afins; Justificar o papel do arquivista na sociedade.

Instituição: UNB
Curso: Arquivologia
Disciplina: Introdução à Arquivologia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Arquivologia: conceituação, evolução, doutrina. O aparecimento do arquivista e suas consequências. Relações com a Ciência da Informação. Áreas principais da terminologia arquivística. Aspectos profissionais e técnico-científicos da área. Legislação e ética.

Disciplina: Introdução à Filosofia
Situação: Optativa
Ementa e Objetivos: Origem e natureza da Filosofia. Mito e filosofia. A origem da filosofia: os pré-socráticos. Algumas caracterizações gerais da filosofia. Apresentação geral dos temas tradicionais da filosofia. A questão do ser: metafísica, ontologia. A questão do conhecimento: epistemologia. A questão do agir: a ética.

Instituição: UNESP
Curso: Arquivologia
Disciplina: Atuação Profissional em Arquivologia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Formação do arquivista: ensino de graduação e pós-graduação. A profissão de arquivista e sua legislação. Características do mercado de trabalho. A divulgação da profissão. Ética profissional.

Instituição: UNIRIO
Curso: Arquivologia
Disciplina: Ética Profissional Arquivística
Situação: Optativa
Ementa e Objetivos: Profissão com responsabilidade social. Ética e profissão. A profissão de bacharel em Arquivologia. Direitos e deveres do profissional. Associações, órgãos de classe e seus objetivos. Possibilitar o entendimento sobre ética, moral e direito enquanto construto social. Refletir sobre as consequências políticas e sociais, conscientes ou não, relacionadas às atividades técnicas da área profissional. Entender as responsabilidades adicionais dos profissionais de arquivo a partir da pouca visibilidade sobre a função social dos arquivos e dos arquivistas.

ANEXO B – FICHAS DE REGISTRO DAS EMENTAS E OBJETIVOS DAS DISCIPLINAS DE ÉTICA EM BIBLIOTECONOMIA

Instituição: FURG
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Ética Profissional
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Aspectos teóricos e práticos de Deontologia aplicados às atividades profissionais no âmbito da Ciência da Informação.

Instituição: UDESC
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: conceitos e história. Caracterização das Unidades de Informação. O profissional: formação, currículo, mercado de trabalho e ética. Legislação profissional. Movimento associativo.

Disciplina: Evolução do Pensamento Científico e Filosófico
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Natureza da filosofia. Evolução do pensamento filosófico e científico. A questão do ser. A questão do agir. Conceito de Ética. Filosofia da ética. Ética profissional. O agir eticamente.

Instituição: UEL
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Ética e Atuação do Bibliotecário
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Ética e moral, ética profissional, código de ética, o exercício da profissão e a responsabilidade social, direitos e deveres do profissional, legislação, associações e órgãos da categoria e seus objetivos.

Instituição: UESPI
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: -----

Situação: -----
Ementa e Objetivos: -----

Instituição: UFAL
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Contextualiza a relação da informação com a sociedade contemporânea. Apresenta os princípios, fundamentos, objetivos e história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Discute a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação e sua interação com a Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia. Examina a introdução da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil. Apresenta o Bibliotecário e o profissional da informação, sua formação e atuação.

Disciplina: Seminário de Integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação
Situação: Optativa
Ementa e Objetivos: Reflexão sobre temas contemporâneos em Biblioteconomia/Ciência da Informação e áreas afins. Ênfase na função social do Bibliotecário como profissional da informação e a sua relação com o mercado de trabalho, priorizando as questões éticas presentes no cotidiano.

Instituição: UFAM
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Epistemologia da Biblioteconomia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Biblioteconomia e sociedade. Abordagem histórico-conceitual da biblioteconomia, documentação, arquivologia e museologia. Profissionalização – legislação, código de ética e órgãos de classe. Formação e prática profissional. Mercado de trabalho. Propiciar aos alunos os referenciais histórico-conceituais da biblioteconomia como campo de estudo, esclarecendo a natureza e o objeto de trabalho das áreas de biblioteconomia, documentação, arquivologia e museologia e a relação das suas práticas profissionais com a estrutura social.

Instituição: UFBA
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação
Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: conceituação, seus princípios fundamentais e suas relações com outras ciências. Biblioteca: evolução do conceito, funções. A biblioteca na sociedade. O profissional bibliotecário: formação, mercado de trabalho e perspectivas profissionais. Entidades de classe e movimentos associativos, legislação e ética profissional.

Instituição: UFC

Curso: Biblioteconomia

Disciplina: Introdução à Filosofia

Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Quadro geral da gênese, da história e da formação do pensamento filosófico, evidenciando as múltiplas possibilidades de inter-relação entre política, ética e teoria do conhecimento. Principais representantes das filosofias clássica, medieval, moderna e contemporânea.

Disciplina: Atuação e Ética Profissional

Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Reflexões e análises do cenário informacional contemporâneo à luz das suas demandas e das práticas didáticas e pedagógicas presentes na formação acadêmica dos bibliotecários. Estudo dos nichos mercadológicos existentes e por existir, e, das especificidades de formação profissionais para atendê-los. Estabelecimento de diálogos entre a Universidade e o mercado de trabalho, a fim de aproximar os alunos às realidades profissionais existentes e o seu preparo para descobrir suas inclinações profissionais.

Instituição: UFCA

Curso: Biblioteconomia

Disciplina: Introdução à Filosofia

Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Quadro geral da gênese, da história e da formação do pensamento filosófico, evidenciando as múltiplas possibilidades de inter-relação entre política, ética e teoria do conhecimento. Principais representantes das filosofias clássica, medieval, moderna e contemporânea.

Instituição: UFES

Curso: Biblioteconomia

Disciplina: Fundamentos de Biblioteconomia

Situação: Obrigatória

<p>Ementa e Objetivos: Introdução ao estudo da Biblioteconomia e da Informação. O ciclo da comunicação e da informação. Unidades de informação: conceituação, objetivos e funções. O bibliotecário e a socialização do conhecimento. Análise da profissão nos contextos regional e nacional. Organização da atividade profissional. Formação em Biblioteconomia e atuação profissional. Legislação da Biblioteconomia e o Código de ética profissional do bibliotecário.</p> <p>-----</p>
<p>Disciplina: Seminário sobre Atuação Profissional</p>
<p>Situação: Obrigatória</p>
<p>Ementa e Objetivos: A inserção do bibliotecário no mundo do trabalho. A ética profissional e ambiental na atuação do bibliotecário. O reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira na atuação do bibliotecário.</p>

<p>Instituição: UFF</p>
<p>Curso: Biblioteconomia</p>
<p>Disciplina: Ética e Informação</p>
<p>Situação: Obrigatória</p>
<p>Ementa e Objetivos: Ética, moral, deontologia. Normatividade moral e relatividade de valores. Problemas e crises da ética na sociedade contemporânea. Questões éticas na produção, gerenciamento e transferência da informação. Normas e princípios deontológicos no Brasil e outros países.</p>

<p>Instituição: UFG</p>
<p>Curso: Biblioteconomia</p>
<p>Disciplina: Fundamentos da Biblioteconomia</p>
<p>Situação: Obrigatória</p>
<p>Ementa e Objetivos: Fundamentos teóricos, históricos e aplicação da Biblioteconomia. Evolução e os campos da Biblioteconomia: princípios, objetivos e terminologias profissionais. Função social, educativa e cultural das bibliotecas e outras unidades de informação. A natureza constitutiva das bibliotecas e unidades de informação. Relações étnico-raciais; história e cultura afro-brasileira e indígena. Ética na sociedade na área da informação e da atuação profissional.</p>

<p>Instituição: UFMA</p>
<p>Curso: Biblioteconomia</p>
<p>Disciplina: Ética na Informação</p>
<p>Situação: Optativa</p>
<p>Ementa e Objetivos: A ética e sua relação com o campo da informação e das tecnologias de informação e comunicação. Fazer ético do profissional da informação.</p> <p>-----</p>

Disciplina: Fundamentos de Biblioteconomia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: A biblioteconomia e suas relações com outras áreas. A biblioteconomia no contexto social e político. A profissão do bibliotecário. Entidades de classe e movimento associativo, formação profissional. Mercado de trabalho e perspectivas. Representação social e ética e gênero na biblioteconomia.

Disciplina: Filosofia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Noções de filosofia – processo de filosofar, caracterização do conhecimento filosófico. Problemas fundamentais – linguagens, valores, ética, educação, cultura e política.

Instituição: UFMG
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Introdução à Biblioteconomia
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Introdução à biblioteconomia e Ciência da informação. Conceituações de Ciência da Informação e entendimentos do seu campo teórico, de seu objeto a informação. Conceitos de documentos e canais de informação de documentos científicos. Interlocução entre Biblioteconomia e Ciência da Informação. Origens e desenvolvimento das bibliotecas e outras instituições de informação. Indústria online e sistemas de informação. Tipologias de unidades e sistemas de informação. Aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos das atividades do Bibliotecário.

Instituição: UFMT
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Ética Profissional da Informação
Situação: Optativa
Ementa e Objetivos: Ética – objeto, campo, definição. Relações e diferenças entre ética e moral. Valores. Definição e valores morais e não morais. O individual e o coletivo na moral. A ética nas relações sociais e profissionais. Questões éticas da profissão do bibliotecário. Códigos de ética da profissão bibliotecária. Legislação da profissão. Entidades de classe.

Instituição: UFPA
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Ética e Informação
Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Conceitos de Ética e Moral. A ética como doutrina da conduta humana. Perspectiva histórica e sistemática da ética. A Crise de valores na modernidade: a ética pós-moderna. O direito à informação na sociedade informacional. Produção normativa e informativa. Conteúdo e objetividade. Ética aplicada à informação. A Ética e o profissional da informação. A responsabilidade dos meios, dos profissionais e dos receptores da informação. Aspectos éticos e jurídicos da informação. Código de ética profissional. Os limites da ética normativa.

Instituição: UFPB

Curso: Biblioteconomia

Disciplina: Ética da Informação

Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Perspectiva histórica e sistemática da ética. Ética da informação produzida, acessada e utilizada. Ética e o profissional da informação. Ética nas relações humanas. Ética na vida do profissional da informação. Código de ética profissional. Legislação da profissão. Entidades de classe. Mundo do trabalho, prática profissional e responsabilidade social.

Instituição: UFPE

Curso: Biblioteconomia

Disciplina: Ética em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Situação: Optativa

Ementa e Objetivos: Fundamentos éticos. Ética profissional. Código de ética profissional. Entidades fiscalizadoras e órgãos de classe. Ética informacional.

Instituição: UFRGS

Curso: Biblioteconomia

Disciplina: Ética da Informação

Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Aspectos teóricos e práticos de deontologia aplicados à Biblioteconomia.

Instituição: UFRJ

Curso: Biblioteconomia

Disciplina: Ética da Administração

Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Origens. Tradições éticas. Teorias morais. Responsabilidade. Ética na sociedade e nas organizações. Mito do lucro versus responsabilidade social. Dentologia: teorias teleológicas versus teorias deontológicas. Deontologia dos negócios.

Disciplina: Ética da Informação e da Biblioteconomia
Situação: Optativa
Ementa e Objetivos: Ética da informação: pressupostos. Ética do conhecimento, da comunicação e da informação no pensamento contemporâneo. Ética da Biblioteconomia. Ética da informação nos espaços públicos presenciais e virtuais. Ética planetária. Ética da pesquisa. Ética e política de informação.

Disciplina: Fundamentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Conceituação da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e áreas afins. Princípios fundamentais, evolução e relações com outras ciências. A Biblioteconomia no contexto das técnicas documentárias, no processo de comunicação e sua inserção no âmbito da Ciência da Informação. A formação do profissional – graduação e pós-graduação. O perfil profissional. Mercado de trabalho. Legislação e associação de classe.

Disciplina: Filosofia da Administração
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Filosofia – natureza. Noções de metafísica, teoria do conhecimento, ética, filosofia política, lógica. Teorias contemporâneas. Filosofia da administração. Tecnologia administrativa – noções de tecnologia. Métodos de tecnologia. Inteligência teórica e prática.

Instituição: UFRN
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Conceitos, fundamentos e evolução histórica da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação. A informação como objeto de estudo: conceitos, relações, produção, transferência e uso. Função, formação, habilidades e competências do Profissional da Informação. Perspectivas temáticas, formativas e profissionais em Biblioteconomia.

Instituição: UFS
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: -----

Situação: -----
Ementa e Objetivos: -----

Instituição: UFSC
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Ética Profissional
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Ética: conceito e objeto. As questões éticas e a atuação profissional. Legislação.

Instituição: UFSCar
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Epistemologia, história e filosofia da Biblioteconomia e da Ciência da informação, filosofia da informação, atuação e pesquisa do profissional da informação bibliotecário, ética em Biblioteconomia e Ciência da informação.

Instituição: UNB
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Introdução à Filosofia
Situação: Optativa
Ementa e Objetivos: Origem e natureza da Filosofia. Mito e filosofia. A origem da filosofia: os pré-socráticos. Algumas caracterizações gerais da filosofia. Apresentação geral dos temas tradicionais da filosofia. A questão do ser: metafísica, ontologia. A questão do conhecimento: epistemologia. A questão do agir: a ética.

Instituição: UNESP
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Atuação Profissional
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: A profissão do bibliotecário e sua legislação. Características do mercado de trabalho. A divulgação da profissão. Apontar as regulamentações profissionais necessárias para a atuação profissional em Biblioteconomia. Identificar o mercado de trabalho de suas áreas profissionais.

Disciplina: Formação e Desenvolvimento de Coleções
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Os fundamentos do processo de formação e desenvolvimento de coleções em unidades de informação. Princípios, políticas e instrumentos para a formação e desenvolvimento de coleções bibliográficas. Seleção, aquisição, avaliação, desbastamento, preservação e conservação como elementos constituintes do processo de formação e desenvolvimento de coleções. Censura e ética.

Instituição: UNIRIR
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Legislação e Ética
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Ética, legislação e organização profissional e da informação. Código do consumidor. Direitos autorais.

Disciplina: Evolução do Pensamento Científico
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: Natureza da filosofia. Evolução do pensamento filosófico e científico. A questão do ser A questão do agir. Ética: conceito. Filosofia da ética. Ética profissional. O agir eticamente.

Instituição: UNIRIO
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Ética Profissional
Situação: Obrigatória
Ementa e Objetivos: O perfil do bibliotecário e a sociedade contemporânea. Habilidades e competências, postura e atuação. Direitos e obrigações, ética profissional. Fundamentos da ética. Ética Contemporânea. Deontologia: códigos de Ética, conduta e discurso. Ética na Informação: acesso à informação, direito autoral, plágio, publicação. Ética no ensino. Formação Profissional. A profissão e o exercício profissional. O bibliotecário: competências e habilidades, identidade.

Instituição: USP-RP
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: Ética, Política e Informação
Situação: Obrigatória

Ementa e Objetivos: Apresentar conceitos da Ética e política em relação da ética profissional e com as políticas públicas e privadas da informação, na área da Ciência da Informação e da Documentação. Estabelecer metas e sentidos aos usuários de conteúdos informacionais: comunidade científica, grupos sociais e público, em geral. Estudar a legislação vigente e aplicável em matéria de informação e mediação. Estudo de políticas nacionais e internacionais da informação, com ênfase no papel do Estado, nas políticas públicas de informação e cultura, bem como em iniciativas da sociedade civil. Conceitos de Ética e política. Ética e produção do conhecimento. Regulamentação e aspectos éticos da atividade profissional. Política, Estado e Poder. Ética, informação e meios de comunicação. Novas tecnologias, ética e propriedade intelectual. O Estado e as políticas públicas de informação. A sociedade civil e o direito à informação. Políticas de informação em áreas especializadas da ciência da informação.

Instituição: USP-SP
Curso: Biblioteconomia
Disciplina: -----
Situação: -----
Ementa e Objetivos: -----